

CPI - QUARTEIRIZAÇÕES

23.09.2020

* * *

- Abre a reunião o Sr. Edmir Chedid.

* * *

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato nº 24, de 2020, com a finalidade de apurar irregularidades nos contratos de quarterização praticados nos convênios, parcerias, contratos de gestão e outros ajustes firmados pelo governo do estado de São Paulo com o terceiro setor.

Passo, agora, a registrar presença dos nobres deputados. Nobre deputada Janaina Paschoal.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Presente, presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Presente a deputada Janaina Paschoal.

Nobre deputado José Américo.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT - Presente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Presente o nobre deputado José Américo.

Nobre deputado Vinícius Camarinha. (Pausa.) Nobre deputada Analice Fernandes.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Presente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Presente a nossa vice-presidente.

Nobre deputado Thiago Auricchio. (Pausa.) Nobre deputado Wellington Moura.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Presente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Presente o nosso presidente da Comissão de Finanças, Wellington Moura.

Nobre deputado Sergio Victor.

O SR. SERGIO VICTOR - NOVO - Presente, presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Presente o nobre deputado Sergio Victor.

Nobre deputado Alex de Madureira.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Presente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Presente o nobre deputado Alex de Madureira.

Havendo quórum, então, eu solicito à secretária a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pela ordem, nobre deputado Wellington Moura.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Dispensa da leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Havendo concordância de todos os deputados, está dispensada a leitura da Ata da reunião anterior.

Ordem do Dia. Nós temos...

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pela ordem, nobre deputado Alex de Madureira.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Só uma pergunta: nós vamos direto para... Acho que só tem um requerimento hoje, é isso?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Exato, Excelência. Tem um item só, da nobre deputada Janaina.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Tá. Eu queria pedir vista, presidente, desse item.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Tá. Pois não, Excelência.

Item 1 da pauta. Requerimento, datado de 10 de setembro de 2020, da nobre deputada Janaina Paschoal, o Requerimento nº 51. Vou fazer a leitura, para que todos tenham conhecimento: “requer seja oficiado ao Sr. Wilson Modesto Pollara, superintendente do Iamspe, a fim de que forneça à CPI os documentos e informações seguintes, acerca dos laboratórios contratados pelo Instituto: 1 - contratos firmados pelo Iamspe com laboratórios privados, principalmente aqueles existentes com o laboratório BioFacil, bem como os eventuais termos aditivos; 2 - nome de representantes do laboratório BioFacil; 3 - relação dos exames realizados pelo laboratório... Aliás, e pelos laboratórios privados contratados, indicando o número, título e valor; 4 - número de servidores públicos que atuam no laboratório da HSPE; 5 - motivo pelo qual os exames que eram realizados pelo laboratório HSPE estão sendo transferidos ao laboratório BioFacil ou, eventualmente, outro laboratório privado”.

E o nobre deputado Alex de Madureira já se manifestou solicitando a vista desse requerimento. Então, fica retirado da pauta pelo tempo regimental, dando vista, então, ao nobre deputado Alex de Madureira.

E passamos ao item 2 da pauta. Informação aos senhores, também: o Dr. Pollara teve um contato por telefone conosco semana passada e ele se assustou com o requerimento. E falou: “olha...”. Eu falei: “olha, nem aprovado foi o requerimento, ainda”.

E a nossa assessoria acabou fazendo um contato com ele. Ele falou: “olha, toda a documentação está pronta aqui, são cerca de 20 mil documentos que estão prontos aqui. Tão logo seja aprovado, a gente encaminha, não tem problema nenhum, (Ininteligível.) discussão da Assembleia e dos Srs. Deputados”. Eu gostaria de fazer esse registro, porque fiquei de comunicar todos os contatos que a gente faz, ouve, o que chega. Então...

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pois não, Excelência, nobre deputado.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Queria só fazer uma justificativa, aqui, do meu pedido de vista. Eu não entendo... E, lógico, a deputada Janaina deve ter as motivações dela, mas eu acho que nós temos que tomar um certo cuidado. Eu li o requerimento e eu vi que ele nasceu de uma denúncia, e está escrita lá uma denúncia anônima, por telefone.

Então, acho que a gente tem que tomar um pouco de cuidado com isso. Qualquer um - eu posso passar a mão num telefone, aqui, num telefone público, e ligar no gabinete de alguém e falar o que eu quiser falar. Eu estou falando de uma coisa que já aconteceu, inclusive, com pessoas próximas a mim. E nós tentamos, na legislatura passada... O deputado Edmir, o deputado Wellington e a Analice estavam aqui quando foi pedido para fazer a lei do chip.

Eu vou citar bem rápido, aqui, só para vocês lembrarem. Uma pessoa foi a uma banca de jornal, comprou um chip de telefone. Poderia colocar no CPF de qualquer pessoa, porque você faz a primeira ligação, a própria ligação pergunta para você: “qual é o número do seu CPF?”.

A pessoa colocou o número de CPF de uma outra pessoa, ligou para ela mesma no telefone, mandou mensagens fazendo ameaça. E foi a uma delegacia e fez um boletim de ocorrência. O que o delegado fez? Instaurou um inquérito. Tem ligação, tem mensagem de texto, tem tudo, tem o número do telefone. Aí, pegaram o número de telefone, fizeram a quebra do sigilo telefônico. De quem era o telefone? Da pessoa que supostamente tinha ligado, só que essa pessoa não era dona do telefone.

Ou seja, você pode cadastrar o telefone no CPF de qualquer pessoa; não precisa de documento, não precisa de nada. Você não precisa ir a uma loja da Vivo, da Claro ou da

Tim ou de qualquer outra operadora. Você pode fazer. Agora, receber denúncia anônima por telefone e aí oficiar o Iamspe...

E outra: nós estamos numa CPI, tratando de quarteirização. Se o Iamspe contratou a BioFast, isso se chama contratação direta. Não tem nada de terceirização e nem de quarteirização. Então, nós estamos fugindo um pouco do que é o escopo da nossa CPI. Pelo menos no meu entendimento.

Alguém pode entender que não seja uma contratação direta, que seja uma quarteirização. Eu só queria que me explicasse onde está a quarteirização em o Iamspe contratar, seja a BioFast, seja qualquer outra empresa para fazer exame laboratorial. Pelo amor de Deus, gente. Nós estamos fugindo do nosso escopo inicial.

Então, esse é o meu pedido. Além do pedido de vista, eu queria pedir para a deputada Janaina para ela pensar um pouquinho. Eu sei, ela tem as motivações dela; mas para pensar um pouquinho. Poderia ter colocado no requerimento que recebeu uma denúncia. Uma denúncia anônima e por telefone... Ah, a gente não pode entrar nessa, pelo amor de Deus.

Nós temos que ter um pouquinho mais... Além de tudo, tudo aqui está sendo transmitido. Nós estamos colocando o nome do Iamspe, uma baita instituição, que eu uso... Eu sei o que é o Iamspe porque eu uso. A minha esposa usa o Iamspe há 25 anos; é funcionária pública. Já fez cirurgia, já passou por procedimento, já ficou internada, ficou na UTI do Iamspe. E foi super bem tratada.

Pergunta para a minha esposa se ela quer um plano de saúde. Eu tentei fazer um para ela. Ela falou: “não, eu já tenho o Iamspe”. Então, eu só peço, aqui, nesse momento, além da vista que estou pedindo, para a deputada Janaina pensar um pouquinho com relação a essa denúncia anônima, por telefone, que ela recebeu. O Iamspe é uma instituição respeitada no estado de São Paulo.

E nós já ouvimos aqui o deputado Edmir dizendo que o Dr. Pollara, que é o superintendente, presidente, diretor, já se prontificou a entregar a documentação. Então, ótimo; traz a documentação, é ouvido. Eu só acho que não é do escopo desta CPI tratar de contratação de laboratório; contratação direta, pelo Iamspe, de laboratório, seja qual laboratório for.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Uma questão de ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pois não, nobre Deputada Analice Fernandes, nossa querida vice-presidente.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Eu concordo plenamente com a fala do deputado Alex, mas... Acho que nós temos que tomar cuidado com denúncias, tudo mais. Só que eu acho bastante pertinente fazer esse tipo de avaliação.

Não vejo, nesta CPI, que isso seja objeto de investigação. Mas quero solicitar à deputada Janaina que encaminhe para a Comissão de Saúde, para que eu, como presidente da Comissão de Saúde, possa, viu, deputado, encaminhar esses pedidos para o Dr. Pollara, para que ele, por escrito, possa nos informar: se a denúncia procede, se a denúncia não procede, se houve, realmente, contrato com laboratório, uma vez que a informação é de que o Iamspe possui um laboratório ultrassofisticado. Se isso é verdade, por que foi feito, então, o contrato com outro laboratório.

Então, eu quero sugerir, viu, deputada Janaina. Eu acho que nós temos que fazer esse tipo de investigação, uma vez que aqui na CPI houve também uma fala de um profissional que trabalhava livre nomeado no Iamspe; e, na verdade, ele não trabalhava. Então, acho que tudo quanto é denúncia deve ser investigada - no local correto.

Então, peço a V. Exa. que leve para a Comissão de Saúde, porque nós vamos verificar isso aqui *pari passu*. Vamos ver direitinho o que é que está acontecendo. E antes disso, eu quero que ele encaminhe para a Comissão de Saúde todas as informações com relação a esse requerimento, que não faz parte desta comissão, mas da Saúde faz.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu concordo com a deputada Analice e até refaço aqui a minha fala à deputada Janaina, com relação a possivelmente verificar essa denúncia.

Eu acho que o meio correto seria a Comissão de Saúde, uma vez que eu não entendo - pelo menos no meu entendimento - que uma contratação do Iamspe, ou de qualquer outro hospital, salvo engano quando estiver no caso de uma organização social, que já é considerada terceira... Contratar um exame laboratorial. E isso também acontece. Mas, no caso do Iamspe, não.

Eu acho que, se a senhora pudesse transferir esse requerimento para a Comissão da Saúde, eu sou um dos que votam a favor. Para verificar isso na Comissão de Saúde. Termina aqui, presidente, a minha fala.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Muito bem. Também vou estar lá na Comissão de Saúde; se tiver que votar, votaremos favoravelmente, para fazer a verificação.

Mas, deputado Alex, só fazendo um adendo aqui, para os senhores verem como é que são as coisas. Vira e mexe, o Ministério Público recebe denúncias apócrifas - não tem quem é. E aí, um dia desses, como eu estou aqui há muito tempo - o eleitorado vai colocando a gente aqui pela sétima vez já, me elegendo -, vêm as denúncias. É muito tempo aqui já, né.

E um tempo atrás, houve uma denúncia de um vereador do meu partido, de uma cidade aqui próxima, do Ministério Público, por escrito, assinada pelo vereador, que apoia o deputado da minha bancada, Estevam Galvão, que é meu amigo, foi meu líder, pessoa maravilhosa. E aí chegou a denúncia aqui na Casa, do Ministério Público, de um funcionário fantasma. Sempre é fantasma, né; agora, todos nós.

Depois, também, de ontem, da liminar, todos nós somos fantasmas, nós estamos trabalhando... Alguns aqui na Assembleia hoje, mas cada um em “home office”. Depois da liminar, nós não vamos fazer trabalho, mais, presencial. Mas a gente faz de onde a gente está.

Bom, fui lá falar com o Estevam, falar: “poxa vida, o que está acontecendo? Chama o vereador, vamos esclarecer isso, o funcionário é tal, faz esse serviço, assim, assim, assim, assim”. O Estevam: “ah, não acredito”. Pegou e ligou para o vereador lá. O vereador: “pô, mas eu não fiz nada”. “O senhor assinou um documento fazendo uma denúncia, no Ministério Público, para a Mesa da Assembleia”. Falou: “não, não assinei nada, não fiz nada, não fiz denúncia nenhuma”.

E aí, acabei falando com o vereador, o vereador se disponibilizou a fazer um exame grafotécnico, o que tivesse que ser feito para demonstrar que não era ele que estava fazendo a denúncia, que era uma denúncia mais ou menos igual o Alex de Madureira está dizendo aí. Bom, o Ministério Público faz o levantamento todo e conclui que não era funcionário fantasma, mas mesmo assim investigou. Então, levantou.

Para mim, foi bom que houve uma denúncia; levantaram que não era fantasma, que trabalhava, que se dedicava, cumpria todo o Estatuto do Servidor da Assembleia. Bom, quando estava para encerrar a investigação deles, chega outra carta do mesmo vereador repetindo tudo de novo. O mesmo citado vereador.

Bom, eu falei: “olha, agora é o seguinte...”. Falamos para os advogados: “olha, tem que chamar lá o vereador para depor”. Aí, falamos com o vereador: “olha, vamos chamar

você, nós queremos que você venha depor, que você venha falar com o promotor, para demonstrar que não é você”. Ele falou: “olha, eu vou, eu vou fazer o que eu quiser. Estão usando o meu nome, eu nunca fiz nada disso, eu sei que a pessoa trabalha, conheço a pessoa; querem fazer do nome da gente, muitas vezes...”.

Então, veja o que acontece às vezes, né. Eu só estou contando que muitas vezes até políticos, mesmo... Ou usam o nome de políticos para nos agredir. Mas eu acho que cabe; toda investigação é importante, até para que não paire dúvida mais, que se faça a investigação com lisura.

Aqui, a gente faz rápido, na Assembleia, o levantamento e a verificação da denúncia, via as comissões temáticas, como é esse caso, né. O duro é o Ministério Público, que leva não sei quantos anos para fazer o levantamento; enquanto isso, o nome da gente fica aí rodando na imprensa, e a gente não tem lá a conclusão.

Mas agradecer a todos vocês e dar continuidade ao trabalho aqui, parabenizá-los pelo quórum.

A SR. JANAINA PASCHOAL - PSL - Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pois não, nobre deputada.

A SR. JANAINA PASCHOAL - PSL - Só para entender: o requerimento, então, vai ser votado na semana que vem, é isso?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Não, o nobre deputado...

A SR. JANAINA PASCHOAL - PSL - Eu só queria deixar claro, pelo amor de Deus, que eu não estou levantando nenhum falso, nenhuma acusação contra ninguém. E eu também entendo que é muito injusto instaurar inquérito, promover ações com base em denúncias anônimas. Por que eu trouxe a questão para a CPI? Porque o relato foi um relato, inclusive, de uso do dinheiro liberado para o enfrentamento da pandemia e existe uma linha aqui da nossa CPI de analisar os gastos deste dinheiro liberado para o enfrentamento da pandemia.

Então, veja bem: esse relato foi feito por uma pessoa que se apresentou como funcionária do Iamspe e deu detalhes da existência desse laboratório. Veja, pode ser o entendimento dessa pessoa que nem tem a ver com a realidade, pode ser uma percepção

subjetiva, mas eu fico preocupada em não trazer para a CPI e parecer uma omissão da minha parte, alguma forma de prevaricação.

Então, na medida em que a CPI tem uma sublinha de investigação referente aos gastos dos recursos liberados para o enfrentamento da pandemia em meio às flexibilizações dos decretos de calamidade, eu penso que é competência nossa sim. Obviamente, deixando muito claro que, com isso, não estou corroborando com o relato que me foi feito, de maneira nenhuma; eu só acho que não poderia deixar de trazer isto para a CPI.

Com relação a levar à Comissão de Saúde, com todo o respeito, eu preciso aqui fazer um relato: este foi o mesmo argumento utilizado para não votar até este momento o meu pedido para ouvir as pessoas que participaram da compra dos respiradores. Naquela oportunidade, vários colegas disseram “Janaina, faz o requerimento na Comissão de Saúde” e eu fiz, só que ninguém está convocando reunião da Comissão de Saúde e a gente não está conseguindo ter quórum.

Com exceção de ontem, que teve a discussão do 529, mas antes, houve quatro tentativas de fazer esse TCJ na Casa e não conseguimos quórum, não houve convocação da Comissão de Saúde. Então, da maneira como as coisas estão funcionando na Casa, eu entendo que pedir à Comissão de Saúde é a mesma coisa que desistir dos requerimentos.

Obviamente, os colegas têm todo o direito à sua convicção e eu respeito isso, estão expondo suas razões, mas prefiro que o requerimento seja votado, ainda que na próxima semana, já que o colega Alex pediu vista e é um direito regimental dele, e cada um vota de acordo com a sua consciência.

Só queria fazer esse esclarecimento, não é nada contra a pessoa do Dr. Pollara, não é nenhuma acusação ao Iamspe, tenho relatos positivos e negativos de cidadãos com relação ao Iamspe. Eu mesma contribuo com o Iamspe, mesmo agora afastada da USP em uma licença não-remunerada, eu contribuo mensalmente com o Iamspe. Então, não é nada contra o Iamspe nem a pessoa do Dr. Pollara, se a pessoa ligou aqui e fez um relato, eu não posso me omitir. Seria isso, Sr. Presidente.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Pela ordem, presidente. Para questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pela ordem a nobre deputada Analice Fernandes. Eu também queria dar conhecimento depois a um informe da procuradoria da Casa, mas passo a palavra à nobre deputada Analice, por gentileza.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Só para esclarecer àqueles que estão nos assistindo neste momento, porque todos sabem que eu sou a presidente da Comissão de Saúde e ouvindo a deputada Janaina fica parecendo que nós estamos deixando de fazer convocação da Comissão de Saúde, o que não é verdade.

Nós convocamos a Comissão de Saúde, não houve quórum e parte do presidente, depois, as comissões temáticas da Casa seriam presenciais. Como eu tenho também o direito, por conta da minha idade e minha comorbidade de apresentar um atestado para não comparar presencialmente, eu estou trabalhando online, como todos vocês estão assistindo. Nunca faltei a uma comissão virtual, então não é por falta de querer convocar.

Aliás, a minha sugestão, deputada Janaina, foi de pegar o ofício de V. Exa., encaminhar para a coordenadoria do Iamspe para verificar a verdade dos fatos. A senhora recebeu uma ligação no seu gabinete, coisa que você poderia muito bem ter pedido informações por um requerimento para o Iamspe, que você saberia se isso é verdade, se não é, sabe? É muito fácil vir aqui e ficar fazendo esse tipo de “trololó”.

Eu não sou disso, portanto eu vou encaminhar como presidente da Comissão de Saúde esse requerimento da deputada Janaina e vou pedir informações sobre essa denúncia que ela recebeu, segundo ela, no gabinete dela, de uma referida funcionária. Assim que eu tiver todos estes dados, quero passar para todos os membros desta Comissão. Isso aqui não é assunto da CPI da Quarteirização.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Pela ordem, Sr. Presidente. Queria só aproveitar aqui, deu para entender pelo seu lábio que você deu pela ordem. Queria só fazer um comentário, eu acho que fica para o entendimento da deputada Janaina, da deputada Analice e de todos os demais colegas que aqui estão e do público que está nos assistindo.

Eu tenho um funcionário no gabinete, a pessoa que anda comigo quase todo dia, está aqui no gabinete quase todo dia: é o fotógrafo, motorista, acaba fazendo de tudo, porque é a pessoa que me acompanha em todo momento. José Américo, desliga o seu áudio, por favor? Aí. Esse meu funcionário teve, na casa dele, a filha dele que tinha

suspeita de estar com Covid-19. Ele, como funcionário nosso aqui, recolhe o Iamspe e utiliza o Iamspe, foi para fazer o exame.

Ligou no Iamspe e eles disseram “Olha, estamos fazendo na capital toda, não só aqui no nosso laboratório no prédio principal do Iamspe. Temos um laboratório conveniado que está fazendo, porque estamos com muita demanda de exame, tem muita gente procurando”. Então, eu entendo que o Iamspe não tinha condições de fazer esse exame sozinho e para o estado inteiro de São Paulo; estou citando um exemplo aqui da capital. Esse funcionário foi fazer o exame onde? No Tatuapé, pertinho da casa dele, em um laboratório chamado Biofast.

O resultado ele me mandou para eu acompanhar, porque acabaram fazendo ele, a esposa, os outros dois irmãos e a filha dele; ele tem três filhos, ele e a esposa. Então, cinco fizeram exame na Biofast lá no Tatuapé e ele me mandou o comprovante para dizer assim “Olha, deputado, se você puder ir acompanhando também, eu estou preocupado de estar com Covid-19”. Eu falei “Fica na sua casa, fica com sua família” e saiu em dois, três dias o resultado do exame dele, graças a Deus: negativo de toda a família.

O que estou querendo dizer com isso? Estou falando de um funcionário público da capital de São Paulo, agora vamos falar de um funcionário da região de Assis, de Fernandópolis, Presidente Prudente, do Vale do Ribeira. Ele tem que vir para São Paulo para fazer o exame ou o Iamspe não pode ter convênio com outros laboratórios para que a pessoa possa fazer o exame na sua região, na sua cidade? Para nós, que estamos na capital, é fácil; a gente vai aqui pertinho da Assembleia, o Iamspe está aqui, o hospital está aqui.

Agora, e quem mora em Bauru, vai falar para fazer exame onde? Tem que andar três horas de carro para vir para São Paulo para fazer um exame laboratorial? Pelo amor de Deus. Então, isso já justifica o Iamspe fazer contratação de exames, não só em São Paulo capital, mas todo o estado.

Eu só queria fazer este comentário porque isso aconteceu aqui, no nosso gabinete, com alguém nosso, que precisou de um exame rápido porque estava preocupado de ter a Covid-19 ou não, toda a família, e acabou fazendo em laboratório conveniado. Este laboratório que está recebendo denúncia. Então, eu acho que nada mais justifica o Iamspe estar contratando laboratório conveniado por conta da demanda de exames que deve ter tido agora por causa da pandemia.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT - Senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Nobre deputado José Américo tem a palavra.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT - Eu me inscrevi e aí o Alex pediu uma questão de ordem que não é uma questão de ordem, né? Óbvio que não é, mas eu queria dizer o seguinte...

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Não, José. Acho que você entendeu errado, eu pedi “pela ordem”, não pedi questão de ordem.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT - Ah, pela ordem, mas tinha gente inscrita. Bom, tudo bem, não tem problema. Só quero dizer o seguinte: eu sou testemunha da disciplina, da correção, da regularidade em todas as comissões da nossa querida deputada Analice Fernandes, presidente da Comissão de Saúde. A Analice é irretocável nesse ponto, ela deu uma explicação ali, estou sempre de acordo e acho a Analice uma pessoa muito disciplinada, muito trabalhadora.

Se ela fosse uma pessoa de esquerda, ela seria chamada de bolchevique pela disciplina que ela tem. Esta é a parte que eu concordo com a Analice, a outra parte é a seguinte: mesmo sendo uma denúncia por telefone, essa denúncia - como a Janaina explicou - tem uma lógica, por isso que a Janaina levou em consideração. E o Iamspe, pelo amor de Deus, não é essa transparência, essa autoridade moral toda que vocês estão se referindo.

O Iamspe acolheu entre seus quadros, entre o final do ano retrasado e março do ano passado, o Dr. Cassiano Ricardo, que é um dos diretores do Iabas, que já era diretor do Iabas enquanto era funcionário do Iamspe e todo mundo sabe da ligação do Dr. Cassiano Ricardo com o Wilson Pollara.

Se a gente for pegar a biografia dos dois, o Ricardo já trabalhou sob os auspícios do Wilson Pollara; só isso, na minha opinião, já coloca uma suspeita sobre o Iamspe, por isso eu acho que a denúncia que a Janaina colocou merece ser aprovada por esta CPI e devemos investigar. Se o Cassiano Ricardo, que é do Iabas, trabalhou no Iamspe durante quase oito meses enquanto era diretor de uma OS, quem permitiu que ele fizesse isso?

Ele tem ligações biográficas com o Pollara. Então, eu acho que assiste razão à Janaina nesse requerimento, em particular no requerimento dela; com relação à Comissão

de Saúde eu não concordo, acho que a Analice é uma pessoa extremamente disciplinada, presente e tal, mas, com relação ao mérito do requerimento da Janaina, eu não só concordo como, assim que for possível votar, votarei a favor. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Muito bem. Dando sequência aqui, quero fazer uma informação: nós encaminhamos de novo aqueles requerimentos, até como havíamos conversado, para a procuradoria da Casa. Já informamos às assessorias de V. Exas. sobre o Parecer nº 289/2020, da procuradoria, complementar ao Parecer nº 251/2020, que analisou a conexão dos assuntos tratados nos Requerimentos nº 1 e 2, apresentados pela nobre deputada Janaina Paschoal, objeto desta CPI.

Esclareço que o parecer foi enviado aos Srs. Deputados e assessores na data de ontem, está disponível para conhecimento de todos e, em linhas gerais, o parecer conclui que não detectou, no caso tratado nos requerimentos, a configuração de uma situação de subcontratação e também não identificou a participação de entidade do terceiro setor, portanto não se vislumbra conexão dos Requerimentos nº 1 e 2 com o fato determinado da CPI.

Conclui ainda que, prestigiando o princípio da colegialidade, que cabe aos membros desta CPI deliberar definitivamente sobre a matéria. Registro aqui que recebemos o parecer após o fechamento da pauta da reunião de hoje, razão pela qual o assunto não constou na pauta, mas esta Presidência fará a inclusão dessa matéria na pauta da próxima reunião, para que a gente possa fazer o debate e aí também esse requerimento e outras dúvidas que vão surgindo.

Mas fico feliz da nobre deputada Analice Fernandes já tomar providências na Comissão de Saúde, da qual também faço parte, para fazer os requerimentos, buscar as informações, ver o que está acontecendo. O Iamspe é muito importante, acho que o Iamspe deveria ser administrado pelo servidor público, não por alguém indicado pelo governo, afinal é uma carteira do servidor público.

Lá na minha região, o hospital que tinha o contrato com o Iamspe venceu depois de cinco anos e a tabela é tão ruim, paga tão mal, que nenhum dos três hospitais da cidade ou qualquer outro da região quer fazer lá um novo contrato. Foi feito um chamamento, ninguém quis e nós estamos sem atendimento, os servidores, cerca de 13 mil lá na minha base eleitoral - bragantina, circuito das águas ali -, todos têm que ir para Campinas ou já vem para São Paulo, porque quem vai para Campinas acaba não tendo tudo, é serviço contratado, acaba vindo para São Paulo.

Já que vocês estão falando de Iamspe, eu acho o seguinte: prédio é importante ser reformado, deixar tudo arrumadinho, mas o que é interessante é as pessoas serem bem atendidas. Agora, gastaram uma nota para reformar aquele prédio que, me desculpem, dava para fazer um prédio novo, não é, nobre deputada Analice? Então, é importante mesmo a fiscalização.

Vou dar sequência aos fatos aqui... O nobre deputado Sergio Victor pediu a palavra, me desculpe, eu estava aqui já, senão... Vou encaminhar aqui. Nós temos o Item 2 da pauta: proceder a oitiva do Sr. Danilo Cesar Fiore, coordenador de Saúde da Coordenadoria de Gestão de Contratos e Serviços de Saúde da Secretaria de Saúde. Já se faz presente, e vou passar a palavra ao Danilo, que é convidado, e que ele está acompanhado dos assessores, Ivana Frattini, que é assessor técnico e coordenador, a Sandra Ferreira, que também é assessora técnica, e o Thiago Duarte, que é assessor técnico em Saúde Pública.

Dou as boas-vindas aos senhores, e já passo a palavra ao Danilo para que ele faça os 10 minutos de explanação, que ele possa nos explicar qual é o trabalho que realmente ele realiza, como funcionam as coisas para que os colegas membros desta CPI possam depois se inscrever através do chat e fazer os questionamentos aos senhores.

Muito obrigado pela sua presença e de toda a sua equipe.

E tem a palavra por 10 minutos para fazer uma explanação, Dr. Danilo.

Obrigado.

O SR. DANILO CESAR FIORE - Bom dia a todos. Os senhores me ouvem bem?
Os senhores me ouvem?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Agora melhorou, Danilo.

O SR. DANILO CESAR FIORE - (Inaudível.) É uma grande honra para nós participar aqui desse convite. Dizer...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Danilo, eu acho que ficou até pior. Está dando um chiado total aí.

O SR. DANILO CESAR FIORE - Melhor agora? Melhor?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Melhor, melhor. Melhor, não é Srs. Deputados? Acho que está melhor.

O SR. DANILO CESAR FIORE - Estou ajustando aqui o som.

Então, agradecer mais uma vez pelo convite e dizer que nós estamos aqui com todos os protocolos de segurança. Só estou sem máscara porque eu vou falar, mas estamos adotando todos os protocolos aqui.

Vou me apresentar muito rapidamente. Sou servidor, estou como coordenador de Saúde desde o começo de 2019 a convite do secretário Germann aqui na CGCSS, mas sou gestor de carreira do Estado, carreira de especialista em políticas públicas desde 2010. Trabalhei com esse tema das OSs desde a época..., éramos do quadro da extinta Secretaria de Gestão Pública, que à época fazia as qualificações das OSs. Então, tanto na avaliação das OSs, tanto de cultura ou saúde quanto projetos de qualificação do modelo. Em 2015 fui convidado para vir trabalhar aqui na Secretaria diretamente. Estou desde essa época aqui na Secretaria da Saúde. Em 2017 assumi um cargo na diretoria do departamento que faz o acompanhamento dos hospitais sob contrato de gestão, e em 2019 aqui agora como coordenador.

Então, mais uma vez agradecer a oportunidade de a gente falar um pouco do nosso trabalho.

Vou falar muito rapidamente sobre a nossa coordenadoria aqui, a CGCSS, Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde é a responsável, é a instância, o órgão de regulação dos contratos. Ela tanto faz, vamos dizer assim, o fórum em que as demandas, os projetos, as diretrizes para uma unidade de saúde chegam para nós, nós modulamos isso em contrato de gestão e esse contrato de gestão é acompanhado pela nossa coordenadoria e posteriormente, ao fim desse contrato, é feita a prestação de contas. Essa é basicamente a nossa função, a função de regulação das unidades de saúde gerenciadas por OS.

Hoje nós temos um universo de 45 hospitais, sendo em contrato de gestão 38, 60 AMEs, ambulatórios médicos de especialidades espalhados por todo o Estado, praticamente todos os DRSs, três serviços de imagem, a central de regulação, que é um contrato de gestão, Acros, o centro de distribuição de insumos de saúde, também é um contrato de gestão, e 10 unidades da Rede Lucy Montoro de Reabilitação.

É um orçamento aproximado de custeio de seis bilhões de reais previstos para este ano. E essa nossa divisão funcional aqui nós temos uma equipe, cerca de 50 servidores.

Além das áreas meio, administrativa, financeira e recursos humanos, nós temos uma divisão em três departamentos finalísticos, um que acompanha os contratos dos hospitais, um que acompanha os contratos dos AMEs, e um que acompanha os serviços de apoio à Rede Lucy Montoro, além de um setor especializado na prestação de contas e do atendimento à fiscalização, centro de atendimento à fiscalização.

Em resumo, essa é a estrutura que faz o acompanhamento, e vou agora me ater à apresentação, ao Portal da Transparência, que é objeto deste convite. Se eu puder peço licença, presidente, para eu compartilhar minha tela, porque aí eu vou navegando, acho que é a melhor forma inclusive de ir navegando no Portal.

Então, vou compartilhar aqui, Ok?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Está ótimo.

O SR. DANILO CESAR FIORE - Eu vou entrar por aqui, pelo Portal da Transparência Estadual, que é o transparencia.sp.gov.br. Lá embaixo tem 3º setor, organizações sociais, Saúde. Clicando aqui ele vai abrir a nossa página, portaldatransparencia.saude.sp.gov.br. Esse portal também pode entrar diretamente, não precisa ir pelo portal. Ele tem um link próprio para ele.

Esse portal foi instituído em 2012 no bojo da Lei de Acesso à Informação, a Lei de Acesso à Informação de 2012. E aí se institui esse portal. À época nós até ajudamos a pensar a matriz dele. Em abril de 2019 nós fizemos uma reformulação importante desse portal, porque já havia se passado sete anos então ele precisava ter algumas modificações. Vou falar um pouco delas.

Esse portal hoje conta com mais de 260 contratos de gestão, dois mil termos aditivos a esses contratos, algumas informações aqui logo no começo sobre o que são as OSs, o que é o modelo, quais são as diretrizes, a legislação a que se referem os contratos de gestão. E aí você pode fazer a pesquisa, os senhores podem fazer tanto por OSs qualificadas. Quer dizer, então venho aqui, quero pesquisar os contratos da Associação Congregação de Santa Catarina. Vão aparecer todas as unidades. Aqui eu clico. Eu não estou conseguindo ver (Inaudível.) visualizar. Então, todos os contratos da Associação Congregação vão aparecer aqui e pode se visualizar o contrato. Pode-se pesquisar tanto por OSs quanto pela unidade. Não quero saber pela unidade, quero saber diretamente, por exemplo...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Danilo, por gentileza.

Não sei com os outros colegas deputados, mas o som está dando muita interferência.

O SR. DANILO CESAR FIORE - Melhorou, deputado?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Melhorou.

O SR. DANILO CESAR FIORE - Eu acho que não posso ficar tão próximo. Vou deixar um pouco mais afastado de mim.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Acho que é isso. Obrigado.

O SR. DANILO CESAR FIORE - O AME em Carapicuíba, por exemplo, as unidades que são as gestoras. Ou o AME Mogi das Cruzes. Vão aparecer aqui todas as unidades e todos os contratos referentes a este AME, contratos e termos aditivos. É só clicar, aparece diretamente aqui, abre uma nova página com o contrato aberto, o contrato na íntegra, ou termo aditivo.

Além disso, além dessa, basicamente, todas essas informações sobre os contratos de gestão nós temos também as convocações públicas que estão em andamento. Então, aqui nessa página você consegue ver qual a unidade que está em convocação, qual a número de resolução do secretário a que ela se refere, onde ela está publicada no Diário Oficial, que toda convocação é um ato administrativo, então tem que ser publicada, e os prazos. Qual é o prazo para manifestação de interesse das entidades qualificadas, como (Inaudível.), que desejam gerenciar aquela unidade, e até quando ela tem prazo para entrega da proposta. E aqui também fica aberta a resolução, a página da resolução, não em formato de Diário Oficial, mas formato PDF para acesso da resolução, com esses mesmos prazos, com essas informações.

Então, as entidades, ou qualquer cidadão, podem entrar lá. Isso aqui é um acesso público, aberto, identificar essas informações.

Também aqui embaixo há um link para o Portal Financeiro do Gestor. Essa é uma plataforma muito interessante da Secretaria em que há um link nosso aqui direto. Por que é importante para nós? Entrando no Portal Financeiro do Gestor é possível acessar os contratos das unidades. Então, por exemplo, eu quero ver um contrato do AME Franca, por exemplo, um contrato terceirizado do AME Franca, uma empresa contratada do AME

Franca. Então, vou aqui no portal, em contratos ali, AME Franca. Vão aparecer todos os contratos dessa unidade. Então, contratos de segurança por grupos identificados, se é um contrato de vigilância, contrato de manutenção de elevador, contrato de manutenção de equipamentos e o contrato em PDF. Então, eu consigo também acessar diretamente o contrato dessas unidades. Essa foi uma inovação no final de 2018, salvo engano, que a gente colocou no nosso portal, juntando com informações também da Secretaria.

Quais foram as novidades do portal? Porque esse portal já existia com os contratos, o que nós colocamos de novo? Primeiro, ele está muito mais amigável. Modéstia à parte, acho que ele ficou mais bonito também, ficou mais acessível para o usuário, a navegabilidade dele, esse conselho que a gente chama de “user friendly”, quer dizer, não é informação escondida, é informação que o usuário consegue achar com facilidade e responsável para smartphones, para plataformas, tablets. Então, você consegue acessar, tem esse formatinho para um computador, mas se você acessar por um celular ele não vai ficar pequeno, ele vai ficar do jeito que fica fácil você acessar por qualquer plataforma (Inaudível.)

Além disso, a novidade, acho que essa é muito interessante, nós inserimos também alguns indicadores das unidades. Então, indicadores clássicos de acompanhamento assistencial ambulatorial da Rede Lucy Montoro e hospitalar, como taxa de ocupação, número de leitos, de permanência. Então, aqui pode-se colocar que tipo de indicador eu quero de um hospital, por exemplo, no período, no primeiro trimestre de 2018.

A partir de 2018 foi quando a gente colocou. E aí eu posso (Inaudível.), por exemplo, a maternidade lá de Ribeirão. Ele vai me dar que naquele primeiro trimestre a unidade tinha 44 leitos operacionais, uma taxa de ocupação tinha 82%, média de permanência de três dias, o intervalo de substituição de 0,67, um (Inaudível.) de oito pacientes/mês. Então, são informações importantes, são indicadores básicos. Salvo engano, a gente fez uma pesquisa (Inaudível.) não há registro de outro, sejam entidades públicas ou privadas que têm esse volume de informações assistenciais dos contratos ou das unidades contratualizadas, que são informações de acompanhamento da qualidade da assistência e do desempenho dessas unidades.

E aqui, além desses indicadores, os relatórios da comissão de avaliação, então isso desde 2019. Então, o relatório é aprovado pela comissão de avaliação, a comissão que é composta por membros indicados pelo secretário de notório saber, dois integrantes da Alesp, hoje o deputado José Américo e o deputado Alex, que estão presentes, e dois membros do Conselho Estadual de Saúde. Essa comissão, nós produzimos um relatório

de avaliação da execução desses contratos por setor. Esse relatório, se aprovado pela comissão, nós também o colocamos no site. Então, por exemplo, relatório dos hospitais do primeiro trimestre de 2019. Ele está na íntegra para todos os cidadãos poderem acessá-lo de todos os hospitais com informações, e aqui um pouco mais completo, que tem informações inclusive econômico-financeiras, outros indicadores. Ali é uma prévia e aqui informações mais completas dessas unidades.

Um outro que a gente fez, que é uma inovação muito recente agora, nós somos um dos primeiros portais da transparência Covid, porque assim que a pandemia começou várias das nossas unidades começaram. Nós tivemos que fazer ajuste nos contratos. Então, a nossa equipe aqui entendeu ser importante colocar esses ajustes, dar um enfoque para as avenças, vamos dizer assim, Covid. Então, colocamos aqui uma aba. Todas as iniciativas que demandaram um aditivo aos contratos de gestão, por exemplo, hospitais de campanha. Nós fizemos o AME em Campinas que estava previsto no começo do ano para ser ambulatório nós o transformamos num hospital de campanha em pouco mais de um mês. Aqui estão todas as informações de como foi feito isso ou, por exemplo, os hospitais que abriram leitos, os recursos que foram repassados para abertura de leitos. Isso foi feito em maio ainda, porque a gente achou que era muito importante dar publicidade devida para essas ações da pandemia em que houve a liberação de recursos e todo um enfoque das áreas administrativas da Secretaria quanto a isso.

Bom, só falar um pouco, deputados, dos nossos próximos passos. Evidentemente é um portal dinâmico, ele era de um jeito, nós modernizamos, colocamos nossas informações, mas acho que a transparência é sempre um aspecto que precisa ser enriquecido e evoluir. Novas informações são necessárias.

Então, o que nós estamos trabalhando agora? Esse portal com convocações públicas hoje é um portal informativo. A nossa intenção é que ele passe a ser as convocações públicas eletrônicas. Então, as entidades que tiverem interesse qualificadas como OS vão fazer o processo, que hoje é um processo no papel, os protocolos, nós estamos aqui na CGC, elas vêm e trazem suas manifestações, trazem as suas propostas e isso vai ser feito pelo site, facilitando o trabalho administrativo aqui das áreas, tanto das entidades quanto o nosso, e propiciando um acompanhamento muito mais transparente. Então, esse portal passa a ser, passará a ser um portal interativo, vamos dizer assim, nessa parte das convocações. Essa é uma iniciativa que nós estávamos trabalhando no começo do ano, infelizmente a pandemia nos pegou um pouco, voltou o nosso foco para outros assuntos,

mas estamos trabalhando para fazer essa inovação importante aqui no Portal da Transparência.

Além disso, estamos trabalhando com algumas informações de legislação, porque a gente sente, às vezes, que há muita confusão, e é natural. A gente está no metiê conhece as leis, conhece as normas do serviço público, mas às vezes confunde a lei federal, que querem aplicar a situação da lei federal. Então, nós estamos trabalhando num repositório das leis que interferem no nosso modelo aqui, que têm a ver com o nosso modelo, especificamente da área da Saúde. Então, tanto a Lei 846, que é a lei guarda-chuva, mas quando resoluções, regulamentações diversas interferem no modelo. E também estamos trabalhando constantemente com novos indicadores, novas propostas, novas informações para também colocar dentro do portal, sobretudo em termos de produção, do desempenho das unidades e econômico-financeiros também, sempre buscando, mais uma vez citando que esses indicadores já estão disponíveis, mas buscando dar essa melhor navegabilidade, deixando mais fácil o acesso ao usuário, ao cidadão, aos pesquisadores, a todos aqueles que queiram ver esses dados que são públicos, são abertos.

Encerro. Acho que era isso em linhas gerais, deputado, presidente Edmir Chedid. Encerro e fico à disposição para responder, mas só dizendo que acho que a inovação é uma marca aqui da nossa coordenadoria. Nós estamos sempre buscando trazer novos elementos, deixar sempre essa..., ficar cada vez mais transparente e melhorar a governança desse modelo. Então, para nós é um motivo de muita satisfação falar do portal, que é um produto, se posso dizer assim, uma iniciativa da nossa área, da nossa equipe que nos deixa com muito orgulho e muita satisfação.

Agradeço e fico à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Muito bem, agradecer a explanação do Danilo. É um labirinto. Desculpe, mas só quem está aqui mesmo nos caminhos, as informações estão todas ali, mas grande parte delas, a gente agradece aí o mapa para achar os contratos e tal.

Nós temos aqui inscritos o nobre deputado José Américo, nobre deputado Sergio Victor e a nobre deputada Analice Fernandes, até agora. E depois o Wellington Moura também.

Então, passo a palavra ao nobre deputado José Américo, pelo tempo regimental de 10 minutos, para que a gente possa dar sequência ao trabalho. Com a palavra, o nobre deputado José Américo.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT - Bom dia a todos. Queria agradecer a presença do Danilo e da sua equipe, e queria dizer o seguinte, que a gente tem às vezes muitas dúvidas que recorrem da forma que a coisa foi organizada. Não necessariamente isso é uma crítica direta a você, ou a funcionários da Secretaria.

Mas, enfim, em primeiro lugar, acho muito legal que você tenha vindo, para nos esclarecer. Eu tenho muitas dúvidas a respeito do funcionamento das OSs. Uma delas, Danilo, eu vou fazer várias perguntas, presidente, e depois o Danilo responde no final. Se ficar alguma coisa, assim, eu peço um esclarecimento.

O maior problema que eu vejo é o seguinte. A comissão que avalia os contratos, da qual eu faço parte, junto com o nosso querido amigo e deputado Alex de Madureira, ela tem, assim, como se diz, uma boa intenção. A existência dela é muito interessante, porque ela dá acesso para vários setores, para se posicionarem sobre as contas das OSs, certo?

No entanto, Danilo, eu sinto que essas contas, quando elas chegam para nós, elas chegam, digamos assim, basicamente pré-aprovadas, avaliadas ou não, mas elas chegam de uma maneira muito, como se diz, elas chegam fechadas para nós. Então, a gente não tem muita capacidade, muita condição de interferir.

Mas, estamos pensando em formas que possam melhorar esse problema, certo? Já houve na proposta da CPI das OSs, lá atrás, que o presidente Edmir Chedid também presidiu, que a gente fizesse audiências públicas antes de as contas irem para essa comissão, enfim, são esforços que a gente está imaginando, que a gente coloca num projeto de lei quando terminar esta CPI, para aperfeiçoar o funcionamento.

Mas eu queria saber o seguinte. Vamos lá, no fluxo. Uma OSS X encaminha para a Secretaria a sua prestação de contas. Quero saber o seguinte. Essa prestação de contas tem algum nível de auditoria, ela é auditada por essa equipe que você tem, de umas 40 pessoas? Ela é auditada, de que forma ela é auditada? Ela é auditada só do ponto de vista da consistência dos números, da consistência das informações, ou existe, digamos assim, visitas "in loco"? Porque o pessoal da auditoria pega as contas da OS X e vai, lá na ponta, checar para ver se a informação é verdadeira, se o número é verdadeiro ou não.

Gostaria de fazer essa pergunta, porque eu acho que a chave do controle das OSs, uma das chaves do controle das OSs, está aí. Então, você tem uma equipe, a equipe recebe as contas, essas contas são minimamente auditadas. Não estou dizendo que todas têm que implicar numa verificação "in loco", mas acho que, pelo menos por amostragem, como

fazem alguns tribunais de contas, é alguma dessas contas que são auditadas na ponta. E lá nos hospitais, lá no Santander, se fazia checagem.

Então, eu gostaria que você me explicasse esse fluxo. Isso me deixa muito confuso. Não, não é confuso. Eu não consigo entender.

Segunda coisa, o que a Secretaria, a sua comissão, entende por quarterização. Quer dizer, nós temos visto algumas OSs que abusam dessa condição da quarterização. O sujeito é pré-selecionado, recebe um hospital, enfim, um equipamento de Saúde, para gerenciar. O que esse sujeito faz? Ele vai lá e transfere às vezes até para uma empresa.

Nós temos denúncia lá no hospital de São José dos Campos, aquele que está sob a responsabilidade do Instituto Sócrates Guanaes, e lá a quarterização não só é uma quarterização acima da média, como também é uma quarterização que é feita para uma empresa.

Então, a OS é uma organização social sem fins lucrativos. Ok, tudo bem. Aí depois ela ganha, ela é escolhida pela Secretaria, é normal, tudo bem. E aí ela transfere parte, ou praticamente toda a responsabilidade de atividade, para uma empresa.

Então, se vocês têm algum critério, tipo assim, pode ser a metade, até metade a gente aceita a quarterização, ou a gente aceita a quarterização em algum tipo de atividade, em outras a gente não aceita, entendeu? Qual é o critério que vocês têm. Qual o critério que vocês têm.

E, por último, eu gostaria de pedir para você encaminhar, isso você não precisa fazer agora, eu só ia perguntar o seguinte: existe conta de OS que é rejeitada? Existe conta de OS que é rejeitada? Essa sua comissão já rejeitou algumas contas de OS?

No caso positivo, caso afirmativo, eu ia pedir para você me encaminhar uma relação das OSs que tiveram contas rejeitadas, e não precisa passar a conta inteira, mas por que foi rejeitada, é uma coisa bem sintética, e qual foi o encaminhamento dado.

Rejeitou a conta, e foi feito o quê? Quer dizer, glosou parte do pagamento, todo o pagamento, foi encaminhado para o Ministério Público, foi encaminhado para o Tribunal de Contas, a OS corrigiu, sei lá, enfim, qual foi o encaminhamento dado, a partir da rejeição das contas, certo, se você tiver.

Então, eu acho assim, por enquanto, Sr. Presidente, são essas questões que eu levantaria para o nosso convidado Danilo. Mais uma vez agradeço por sua presença, Danilo.

Ok, terminei por enquanto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Tem a palavra, Danilo, por gentileza.

O SR. DANILO CESAR FIORE - Bom, deputado, vou pela ordem das perguntas.

Em relação ao acompanhamento dos contratos, acho que também é muito importante a gente falar um pouco mais da nossa rotina.

De fato, a nossa rotina, a nossa coordenação é a coordenação de acompanhamento desses contratos. Então, tem, sim, de fato, as informações que são repassadas pelas unidades desse sistema, mas todas essas questões que o senhor colocou, por exemplo, visita técnica, nós fazemos visitas periódicas à unidade. A nossa equipe vai "in loco", acompanha, e não apenas nós, porque é importante registrar que os hospitais são hospitais públicos estaduais.

Então, por exemplo, um hospital que está no DRS de Presidente Prudente, ou de Bauru, a equipe do DRS está lá e está diuturnamente acompanhando, ou a Vigilância Sanitária, ou outros órgãos de Saúde. Como hospital público, ele está sujeito às mesmas regras do SUS, regras de vigilância, regras de vigilância epidemiológica, de qualquer hospital da Secretaria, seja ele por OS, seja por administração direta.

Falando especificamente da nossa área aqui, então nós temos uma série de mecanismos de acompanhamento. Primeiro, sim, de fato, as OSs apresentam as informações mensalmente para o nosso sistema, mas essas informações são confrontadas com uma série de laços. Por exemplo, faturamento SUS, informação de dados públicos estaduais, que fatura, e só atende 100% SUS, o faturamento é um laço importante para nossa informação.

Por exemplo, não dá para o hospital dizer que fez 100 saídas cirúrgicas, se eu não vir a compatibilidade disso do ponto de vista do faturamento. Isso é um indicador do nosso contrato.

Central de regulação. As informações das unidades, por exemplo, número de consultas que elas disponibilizam para a rede, via central de regulação, nós confrontamos isso com o nosso sistema. Mas, você tinha contratado ali 100 consultas/mês, você disponibilizou aquelas consultas para a rede, via central de regulação? Disponibilizou. Se não disponibilizou, isso enseja uma penalidade de contrato.

Como falei, outros órgãos, as visitas são periódicas. Nós procuramos fazer. Agora, infelizmente a pandemia prejudicou um pouco. Precisamos ser honestos, acho que para trabalho de ir "in loco" nas unidades, fomos também, não deixamos de ir, muitos casos

principalmente nos hospitais, mas menos do que gostaríamos, nesse período, mas, sim, isso é rotina de nossa coordenadoria, sempre fazer visita "in loco".

Nós solicitamos certidões negativas trimestrais para as unidades. Por exemplo, se ela não tiver certidões negativas de débito, Fundo de Garantia, de todas as unidades, da matriz, da OS, e todas as unidades da ponta, ela não pode receber os pagamentos, então ela tem que estar regularizada com todos os seus encargos sociais, acho que tem previsão contratual.

Mais importante, nós fazemos trimestralmente uma reunião de avaliação. Participamos nós, aqui a CGC, as equipes, o DRS – Departamento Regional de Saúde, e os gestores das unidades. Essa reunião nós já vimos fazendo, no caso do interior, por teleconferência, agora com a pandemia isso fortaleceu, porque o deslocamento fica mais difícil.

Mas, trimestralmente, com todas as nossas unidades, nossas 120 unidades, são avaliados os indicadores, a inserção regional, se a unidade está cumprindo o papel dela, e se é necessária alguma intervenção.

Então, a nossa rotina aqui é uma rotina de acompanhamento e controle, além, é claro, dos órgãos, vamos dizer, externos a nós, mas internos. A Secretaria da Fazenda diuturnamente nos cobra algumas informações. O Tribunal de Contas nós respondemos requisições, informações de Tribunal de Contas a todo momento. Ministério Público também, sempre faz seus questionamentos, as suas dúvidas. As indicações da Assembleia, recebemos muitas solicitações, denúncias, informações.

Esqueci de falar também, se eu puder colocar, que no portal vocês vão ver que tem link para a lei de acesso à informação. É um dos links lá. Então, qualquer cidadão, ficou com uma dúvida, tem uma denúncia a fazer, entra no link, e vai direto para a página da LAI, da lei de acesso do SIC, Serviço de Informação ao Cidadão.

E essas informações chegam a nós. Hoje nós não temos nenhuma informação pendente de resposta. Todas as solicitações, denúncias, reclamações que chegam são respondidas tempestivamente. A Ouvidoria do SUS, que todas as unidades têm também, nós temos uma Ouvidoria central, recebemos as informações.

Então, o que eu entendo é que há um arcabouço, há uma série de mecanismos de controle, que permitem que a gente faça, de fato, um acompanhamento de todas as unidades. Como eu falei, de fato, acho que sempre dá para evoluir, melhorar os mecanismos de controle.

Tem um foco, que nosso objetivo aqui é o resultado assistencial dessas unidades, mas acho que poucas áreas têm os meios e os instrumentos como nós temos, de acompanhamento dessas unidades.

Sobre a questão da quarterização, eu peço vênica até para os deputados, porque por parte da Secretaria do estado, principalmente da nossa coordenadoria, nós não concordamos com esse termo, quando ele é usado inclusive pelos órgãos de controle, porque quando se fala em quarterização, pressupõe-se uma terceirização, e nós não entendemos que os contratos de gestão são a terceirização de uma unidade de Saúde.

Nós não contratamos médicos no serviço, ou consultas. Nós contratamos a gestão de unidade de Saúde pública estadual. E para fazer a gestão dessa unidade pública de Saúde estadual, uma organização social contratada pode usar de todos os meios previstos na legislação, para fazer a gestão, seja contratação direta, por meio de celetistas, seja contratação de empresas, desde que previsto, mais uma vez, dentro da legislação.

Então, nós sempre nos deparamos com esse termo, e entendemos que ele não é adequado para tratar da contratação dentro dos contratos.

Especificamente sobre o Hospital de São José, pergunto mesmo se não há uma confusão, porque o Hospital de São José dos Campos tem uma arquitetura, uma governança um pouco diferente, porque a área-meio dele é uma parceria público-privada. Talvez seja essa a diferença.

Então, a bata cinza, que a gente chama, os serviços de apoio, os facilities, limpeza, vigilância, são de um contrato administrativo, e uma PPP. E a parte assistencial é, de fato, como o deputado José Américo colocou, ela é gerenciada por uma OS. Então, talvez seja essa a diferença.

E aí, dentro dessa parte assistencial, de fato, ele pode contratar equipes médicas ou serviços de empresas.

A última questão, sobre contas rejeitadas, a gente tem um levantamento aqui, deputado. Nós temos um estoque hoje, dentro do Tribunal de Contas, vou chamar assim, de cerca de 2.800 processos de prestação de contas.

Aliás, até voltando a nossa rotina, anualmente nós mandamos a prestação de contas ao Tribunal, de todas as nossas unidades. O Tribunal faz a auditoria. Até o dia 30 de junho nós fazemos os pareceres conclusivos aqui, com uma gama de documentos, informações contábeis, desempenho das unidades, indicadores, certidões. Isso vai ao Tribunal de Contas, e o Tribunal de Contas faz a auditoria também, enquanto órgão de controle externo.

Desses 2.800 processos aproximadamente, cerca de 1.400 já foram a julgamento. Alguns ainda aguardam. Mais de 90% foram julgados regulares. Cerca de 10% foram julgados com alguma irregularidade. Quando isso ocorre, geralmente o Tribunal condena essas unidades a fazerem o pagamento, a ressarcir esses recursos ao erário.

Então, temos, sim, alguns desses processos de ressarcimento ao erário. E aí a entidade tem que devolver o recurso para o Tesouro.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pois não.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT - Presidente, eu só queria entender, eu não entendi a parte final. Eu queria saber o seguinte, se essa comissão, que é coordenada pelo Danilo, se ela faz essas auditorias, vai atrás, vê, tal, entendi, entendi também a coisa da pandemia, isso sem nenhum problema, Danilo, entendi.

Querida estender o mecanismo. Se vocês já rejeitaram contrato, não o Tribunal de Contas, se vocês já tiveram rejeição de contas, e depois tiveram conhecimento daquilo que foi rejeitado, e por que foi rejeitado. Isso que eu gostaria de entender.

E, segundo, para mim não ficou claro que tipo de subcontratação, não vou usar o termo quarteirização, já que você não quer, que tipo de subcontratação que vocês acham que é plausível, e que tipo de subcontratação vocês não acham plausível.

Essas duas dúvidas, não ficaram claras para mim. Só isso.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Por favor, Danilo, se você puder fazer a gentileza.

O SR. DANILO CESAR FIORE - Desculpe, não falei da comissão. A comissão também é uma instância de controle prevista na legislação, deputado, na Lei Complementar 846, para a Saúde, no caso. A Lei 846 cita especificamente, com as composições definidas, da Assembleia e do conselho estadual. Da forma que nós entendemos, ela é um órgão, não vou dizer externo, mas faz um acompanhamento do desempenho. É a comissão da execução dos contratos.

Nós produzimos um relatório a partir dessas informações todas, para avaliação da comissão. Esse relatório já teve muitos formatos, deputado, já mudou até a pedido da própria comissão.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT - Vocês não detectaram, esses relatórios de vocês já indicaram uma rejeição de conta, em algum momento?

O SR. DANILO CESAR FIORE - Acho que aí são coisas distintas, porque o relatório da comissão de avaliação e o relatório do desempenho das unidades, vai tudo para a Fazenda. Rejeição de contas internas também acho que são dois aspectos diferentes. Descontos das unidades, aqueles previstos em contrato, rotineiramente. Isso é a nossa rotina. Não cumpriu um indicador, seja de produção, seja de qualidade, faz-se a reunião de avaliação, verifica-se que não foi cumprido, é feito um desconto no contrato.

Esse é um aspecto. Então, nesse ponto de vista, isso é a nossa rotina, é feito, pode acontecer após as reuniões de avaliação, isso é normal. Agora, rejeição de contas internas, não me recordo de ter tido uma rejeição nossa aqui. Geralmente nós mandamos a prestação de contas, e aí o Tribunal de Contas já fez alguns apontamentos e, inclusive, identificou irregularidades e solicitou devolução de recursos.

Mas acho que são coisas distintas: do acompanhamento do contrato, e quando o Tribunal de Contas entende que há um desvio, um dinheiro que foi mal aplicado, ele vem solicitar o ressarcimento. É desse ponto de vista que eu estava falando das contas, da rejeição. Então a Comissão de Avaliação tem esse papel de avaliar o desempenho e a execução dos contratos dentro daquelas informações que ela entender mais adequada.

O senhor colocou, por exemplo, as visitas. Já houve visitas, em outros momentos, da comissão, acho em outras composições, há cerca de dois ou três anos. Solicitaram visitas, solicitaram outras informações adicionais, por exemplo. Se os senhores virem o relatório de 2018, no quarto trimestre a gente faz um compilado anual. Isso foi uma solicitação da comissão. “Olha, eu gostaria de ver não só trimestralmente a foto. Vamos fazer uma distribuição anual?” “Vamos fazer.”

E aí nós vamos modulando de acordo com aquilo que a comissão solicita. Nós somos provocados, vamos dizer assim, pela Comissão de Avaliação, que faz com um acompanhamento, que posso chamar de macro, dos contratos com as OSs. Não sei se me fiz esclarecer.

Sobre a quarteirização, de fato, volto a insistir. Dentro do bojo da gestão daquela unidade, tendo a previsão legal, é possível qualquer elemento de contratação, desde que a legislação permita. O que a unidade tem que nos entregar, o que a OS tem que nos entregar, é aquilo que nós contratamos: assistência à Saúde nos termos previstos no contrato de gestão.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT - Ok. Sr. Presidente, Sr. Presidente, eu considero a explicação razoável. Depois isso vai me ensejar um pedido de informação por escrito que vou fazer, para o Danilo, para alguns aspectos técnicos mais essenciais. Mas, tudo bem. Eu fico muito incomodado com o fato de que a comissão - e aí não tem nada a ver com a secretaria - ela tem uma propensão a aprovar basicamente tudo. É um negócio meio acrítico, a comissão da qual eu faço parte.

Vou contar até um chiste para vocês, que o Danilo presenciou na reunião passada. Eu quis propor uma rejeição das contas, mais como uma censura ao fato de que ali todo mundo vota de maneira muito incondicional. Gente, até o meu velho e bom Sindisaúde votou contra mim e votou a favor das contas da OS.

(Voz fora do microfone.)

Sindisaúde é um sindicato. É um sindicato da CUT, Analice. Quando eu era secretário do Haddad... Eu sou uma pessoa que sou a favor das OSs. Não sou contra as OSs, certo? Sou a favor das boas OSs, e tudo bem. Mas o Sindisaúde fazia um ataque ideológico contra as OSs. Então, até ele, que é contra as OSs, votou nas contas, e eu fiquei sozinho.

Mas tudo bem. Eu queria agradecer ao Danilo. Vou fazer umas perguntas por ofício, porque eu acho que é mais fácil a resposta de coisas mais específicas, mais técnicas. Termina por aqui. Um abraço, Danilo. Um abraço, pessoal. Fico por aqui.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Obrigado, nobre deputado Américo. Tem a palavra agora o nobre deputado Sergio Victor pelo prazo regimental de 10 minutos, já que o Sergio é o autor do requerimento em que solicitou a vinda do Danilo e da sua equipe para a explanação e para dar mais transparência. Tem a palavra, excelência, Sergio Victor.

O SR. SERGIO VICTOR - NOVO - Obrigado, presidente. Obrigado, Danilo e equipe, pela presença e pela breve explanação na abertura da CPI.

Vamos lá. Presidente, eu até gostaria de entender se é possível eu fazer as perguntas e já ir ouvindo as respostas da equipe.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Sim, excelência. Acho que é até mais rápido. Fica um bate-bola, um vai e vem, e a gente tenta cumprir o prazo de 10 minutos. Fique à vontade. Sergio Victor.

O SR. SERGIO VICTOR - NOVO - Também prefiro.

Danilo, foi a gente fez o convite para vocês. Aqui o nosso papel, dentro da CPI, sou o sub-relator de transparência e governança. E aí eu queria, partindo da apresentação de vocês, entender um pouco mais alguns detalhes.

Primeiro. Como que funciona o processo de coleta e disponibilização dos dados? Como é que é esse processo interno de vocês?

Vocês estão no mudo.

O SR. DANILO CESAR FIORE - Posso já responder, deputado?

O SR. SERGIO VICTOR - NOVO - Por favor.

O SR. DANILO CESAR FIORE - Primeiro eu agradeço pelas perguntas. Acho que o senhor está perguntando diretamente do portal, né? Do portal, ou da nossa rotina de acompanhamento?

O SR. SERGIO VICTOR - NOVO - Perfeito. Deixa eu deixar mais claro. Do Portal de Transparência em específico.

O SR. DANILO CESAR FIORE - Perfeito. Do Portal de Transparência, no caso dos contratos, são os contratos que são assinados hoje com as OSs. Então, a partir do momento em que é assinado pela entidade, pela OS, e o secretário assina, nós publicamos em Diário Oficial, a nossa equipe transforma em um PDF, escaneia esses contratos e coloca dentro do portal. Tem uma rotina administrativa.

No caso dos dados, é do nosso sistema de acompanhamento. O que nós procuramos fazer? É o Gestão em Saúde.

Então, a partir do momento em que passa a reunião trimestral de avaliação, por exemplo, nós estamos agora no segundo trimestre, vamos supor, foi feita a reunião, os dados foram validados. Porque às vezes é necessário haver alguma correção, pode ter um preenchimento equivocado. Isso pode acontecer com qualquer sistema de informação. Houve a validação dos dados, é liberado, e nós fazemos a alimentação do nosso sistema para o portal.

No caso dos relatórios da Comissão de Avaliação, assim que a comissão aprova, também, porque muitas vezes acontece, a gente produz os relatórios para a comissão, pode sair algum erro, faltar algum dado. Às vezes os próprios membros da comissão apontam: “Olha, faltou uma página.”. Erros de forma, nós corrigimos.

Estando aprovado pela comissão, esse PDF completo do relatório é inserido no portal. Então são das nossas bases de dados internas, pode-se dizer assim. Mas sempre com a preocupação de que os dados sejam validados pelo nosso acompanhamento. Então, a partir do momento em que as equipes validam o dado é que ele sobe para o sistema.

O SR. SERGIO VICTOR - NOVO - Perfeito. Hoje, olhando para o portal, que você fez a demonstração inicial, as informações orçamentárias, os indicadores de produção hospitalar, quadro de sócios das empresas contratadas e as outras informações se encontram fragmentadas. Parece que cada organização social disponibiliza os seus próprios dados, e não tem um padrão.

E aí os documentos também, vários deles em PDF, dificultam a fiscalização externa. Vocês mencionaram várias etapas de fiscalização e controle. Mas, mesmo mostrando o portal, fica muito difícil para um deputado ou para uma entidade externa conseguir cruzar esses dados e fazer esse acompanhamento também.

O que falta para que essas informações das organizações sociais sejam disponibilizadas de forma estruturada e unificada, seguindo o padrão de dados abertos? Reforço, e até o presidente Edmir brincou que “é um mapa, um labirinto”. Entendo que é difícil a gente chegar num ponto ótimo. A transparência é sempre uma busca constante. Mas tem alguma coisa em andamento para que esses dados estejam em formato aberto?

O SR. DANILO CESAR FIORE - De fato, acho que o senhor colocou bem. A transparência, acho que é sempre uma evolução constante. Entendo e acho que a gente fica preocupado quando o presidente me fala isso, que é um labirinto, porque passei meio rápido. Porque todo o nosso foco é sempre deixar a informação do jeito mais amigável,

mais fácil e mais explicada para o cidadão. Porque a gente pensa sempre: na Saúde tem muitas siglas, acho que é normal das áreas. Às vezes fica uma linguagem hermética.

Então nós estamos sempre tentando ser o mais didático, pensando sempre naquele cidadão da ponta. Se eu entrar aqui, se a minha vó entrar, ela vai conseguir acessar? Então esse tem sido o nosso norte. De fato, acho que algumas informações estão mais separadas. O portal financeiro, a gente usou uma estrutura que era da Secretaria, que as OSs, de fato, esse, são as OSs que mandam mensalmente os contratos terceiros delas.

Nós temos trabalhado justamente com aquelas três inovações. Uma, a da convocação pública eletrônica, que ela vai passar para o site, interativa. Sai do papel e vai direto para o site. A segunda, de trazer mais informações sobre o modelo de OS, que a gente quer explicar um pouco melhor para todos os cidadãos o que é o modelo e quais são as leis que nos regem. A terceira é trazer dados no formato estruturado.

Porque eu entendo e acho que é uma crítica muito pertinente de que, se você faz uma tabela num PDF, não é o jeito mais fácil de você fazer comparações. Os nossos indicadores ali, deputado, se o senhor puder depois dar uma olhada, é muito fácil. Porque eu posso comparar um hospital com ele mesmo no tempo, ou com outros hospitais inclusive, ou um AME. Posso selecionar 10 AMEs, 30 AMEs, 20 AMEs. Acho que é isso: a gente quer cada vez mais ir para esse caminho, da comparação entre as unidades.

O SR. SERGIO VICTOR - NOVO - Mas até mesmo você conseguindo selecionar ali, depois você não consegue baixar depois esses dados, né?

O SR. DANILO CESAR FIORE - Nós estamos pensando nesse formato de fazer alguma forma de você poder baixar em XLS, que seria um jeito de facilitar comparações. Já estamos tentando desenvolver algo nesse sentido. De já ter uma tabela que você puxa diretamente e gere, daquelas que você selecionou, um XLS. Mas só reforça: sou muito entusiasta, e sei que o senhor é da Comissão de Transparência da Assembleia, dos dados.

Nós somos entusiastas. Dizer que é motivo de muito orgulho para nós sermos pioneiros nessa discussão. Então a gente está sempre querendo evoluir. Em comparação, a gente fica muito feliz de como a gente tem tentado sempre correr atrás. Não é fácil. Porque, até as bases de dados, a gente precisa estar sempre estruturando de um jeito que fique mais fácil e a gente preste informação fidedigna.

Então para nós é muito satisfatório ver essa evolução do portal e pensar já nos próximos passos. Porque a gente está aqui agora mas precisa cada vez mais avançar com isso.

O SR. SERGIO VICTOR - NOVO - Legal que vocês têm essa visão. Mas, de algo claro, concreto, específico, o que está no plano de ação para a melhoria desse portal? Tem algum?

O SR. DANILO CESAR FIORE - Perfeito. Essas três que eu citei, deputado. Essas, acho que chegam ainda nesse ano, que são a convocação pública eletrônica pelo portal, porque a gente está caminhando para acabar com os contratos - tem até uma questão ambiental - em papel, porque nós temos um volume muito grande de contratos. Os processos administrativos, os senhores conhecem. Eles têm um volume muito grande de papel, de certidões.

Então o nosso intuito é caminhar, assim como a administração, o Poder Executivo tem caminhado para o sem papel, para o sistema, é nós também caminharmos para isso e digitalizarmos toda a rotina administrativa dos contratos de gestão. Menos espaço de acumulação, ambientalmente melhor e muito mais fácil para as equipes. Então esse é um caminho que a gente está tendo.

A outra é colocar mais informações no modelo. O terceiro pé é um pouco nessa linha. Colocar informações das metas de desempenho das unidades, e econômico-financeiras. Mas não em PDF. Em formato estruturado, como estão os indicadores hoje. Acho que se tiver outras sugestões também, acho que são muito bem-vindas. Porque a gente vai pensando aqui. Às vezes a gente está um pouco imersos nos nossos processos.

Então, quando a gente ouve “está difícil de ver, não acessei, não está fácil, está escondido”, isso para nós é um feedback muito bom. Então, sugestões e propostas, acho que nos ajudam também a ter esse retorno e poder fazer, colocar mais informações.

O SR. SERGIO VICTOR - NOVO - Entendi. O que vocês, da equipe de vocês, consideram que são as principais dificuldades para implementar essa política de transparência? Modernização? Capacitação? Infraestrutura? Dinheiro? Como que a gente pode superar esse desafio? Acho, que esses pontos, você falou que ficam prontos esse ano, esses três aí? Quais são os desafios?

O SR. DANILO CESAR FIORE - Acho assim, deputado, dizendo agora como alguém que está há um tempo na coordenadoria. A gente tem um volume grande de contratos. O que nós temos buscado é justamente facilitar as nossas rotinas administrativas e informatizar cada vez mais, para que o nosso foco seja nessas ações, tanto de transparência quanto de qualificar a nossa capacidade de regulação. Perder menos tempo com essa rotina, que nos toma muito tempo, é natural.

Porque tem uma rotina da assinatura dos contratos, e que nós somos muito ciosos disso: os contratos no prazo certo, o pagamento no dia certo. A gente não atrasa pagamento. Isso tem que estar correndo muito bem. E para que o nosso foco seja para outras ações. Acho que nós temos avançado bem desse um ano e meio para cá.

Esse ano foi muito atípico. Eu gostaria que a gente estivesse numa discussão, que a gente estivesse apresentando até outras coisas. Eu não gostaria de ter apresentado aquele portal da Covid. Que a gente já estivesse apresentando a convocação pública eletrônica. Já estaria no ar se não fosse o contexto da pandemia. Esses projetos que a gente tem acabaram sendo um pouco prejudicados nesse ano.

Acho que o desafio maior é nesse sentido. Tem iniciativas que nós temos tomado. Por exemplo, a plataforma Zoom, que na pandemia virou, e acho que para os senhores também.

A rotina de trabalho, desde o ano passado a gente já estava fazendo, por exemplo, reuniões de avaliação com o DRSs do interior, pelo Zoom. Por quê?

Porque, para nós, estamos aqui na Capital.

Mas, por exemplo, uma unidade lá de Presidente Prudente vir para cá, para uma reunião de uma hora, uma hora e meia, duas horas com o pessoal do DRS, deslocamento, recurso financeiro, é um dia de trabalho perdido. Para nós é uma hora. Mas, para quem está vindo, certamente é dia que se perdeu.

Então, essas iniciativas de inovação, temos tentado desde o ano passado. Buscado justamente usar os instrumentos que a inovação tecnológica nos dá para poder focar no nosso trabalho de acompanhamento e de avaliação dessas unidades.

O SR. SERGIO VICTOR - NOVO - Entendi. Agora a gente ouviu o Ibross e algumas outras OSs. Eles deram algumas sugestões de melhoria legislativa para que as OSs ruins, segundo eles, não ganhassem espaço ou não tivessem os contratos. Vocês veem alguma alternativa ou alguma oportunidade de melhora na legislação ou no que a

gente pode fazer, enquanto CPI, para facilitar o trabalho de vocês de fiscalização e acompanhamento?

O SR. DANILO CESAR FIORE - Olha, deputado, a legislação é de 98. A Lei 846 teve algumas modificações. Acho que é natural, qualquer legislação também precisa evoluir com o tempo. A qualificação não é aqui da Secretaria da Saúde. Hoje é da Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão. Porque acho que foi algo muito sábio da legislação. Porque como somos, nós ou a Cultura, a área fim, que outra área faça a qualificação, acho que dá uma transparência maior.

A gente fica focado na avaliação de desempenho e outra área faz a qualificação. Mas, sim, é uma preocupação grande para nós. Porque às vezes a gente se preocupa muito com a assinatura do contrato. Mas um contrato é uma vida, é um casamento, assim, nós vamos conviver e é uma responsabilidade muito grande, parte a parte, da gestão de uma unidade de Saúde.

Então, assinado o contrato, é o começo da vida, não é o fim. E ter entidades qualificadas, rígidas, probas, para nós é muito importante. Isso eu digo, seja... Nós fazemos contratos de gestão, mas eu penso que uma área administrativa que faça contratos, por exemplo, da Lei 866, que não tem nada a ver com a gente, para ela é bom também que empresas sérias, idôneas concorram.

Então, de fato, eu acho que a qualificação é um momento, e aí eu digo mais em caráter pessoal, porque institucionalmente não tenho essa prerrogativa de palpar, vamos dizer, na qualificação, é um ato da Secretaria de Projeto, Orçamento e Gestão, mas acho, sim, que enquanto setorial, enquanto quem acompanha os contratos, as instituições serem instituições sérias, probas, com estofa, com capacidade de gestão, para nós é essencial, para nós é o que facilita muito o nosso trabalho.

O SR. SERGIO VICTOR - NOVO - Mas, na prática, de vocês, operacional, tenho duas perguntas. Um, tem alguma exigência a mais que vocês gostariam que as OSs devessem cumprir ou alguma exigência hoje, alguma coisa que eles têm que fazer, que é burocrático e não ajuda vocês? Então, por um lado, o que está faltando e o que está em excesso aí que poderia ajudar ou que atrapalha vocês hoje em dia? E o acompanhamento do contrato.

O SR. DANILO CESAR FIORE - Vejo que a (Inaudível.) tem uma série de requisitos, que são mais legais. Eu nem saberia dizer, porque tem questão de composição de conselho.

Para nós, dois grandes aspectos que são muito importantes, eu acho que a questão dos serviços próprios de Saúde, de ter serviços de uma entidade que tem experiência em gestão e que tem a responsabilidade de ser gestora de algum serviço, porque ela tem que ter, vamos dizer, uma história de vida pregressa. A gente brinca aqui que nós conhecemos o modelo - eu, duas, três, dez pessoas - é muito fácil você criar um CNPJ hoje, você vai lá e cria. Então não basta você ter pessoas, equipe, eu acho que tem que ser uma questão institucional. Então, ter serviço próprio, ser entidades que tenham essa capacidade, isso acho que é possível de se visualizar por uma série de fatores, o patrimônio dessa entidade, o serviço que ela gerenciou.

Tem uma dúvida no sentido da Adin, aquela 1.923, que julgou, regularam o modelo de OS, se você pode fazer uma avaliação discricionária. Parece-me que ali o Supremo deu uma decisão de que o ato de qualificação é um ato vinculado da entidade administrativa. Então, se ela cumprir os requisitos, é um ato vinculado. O secretário, no caso, tem que dar a chancela a essa organização.

Mas acho que, se possível, aí não vou (Inaudível.) porque eu acho que é um assunto até jurídico, da Procuradoria do Estado e da Secretaria de Projeto, Orçamento e Gestão, acho que avaliar alguns critérios qualitativos, aí uma opinião pessoal, talvez fosse interessante para essas entidades. Acho que seria algo nesse sentido. Não sei se me fiz claro.

O SR. SERGIO VICTOR - NOVO - Sim. Minha última dúvida, para encerrar, Danilo. Obrigado pelas respostas. Quais as principais denúncias e pedidos de informação que vocês recebem pelo SIC, pela ouvidoria e pela LAI?

O SR. DANILO CESAR FIORE - Olha, deputado, precisaria levantar, porque são múltiplos canais. Então chegam algumas coisas pela LAI, e a LAI, por questão até legal, é centralizada no gabinete do secretário. Chegam informações, inclusive por isso que está no portal.

E chega de tudo, deputado, chega desde dúvidas dos usuários, às vezes, “então sou atendido naquele hospital”, “estou na fila”. Denúncias também chegam. Então não tenho agora um panorama de qual seria a distribuição, não saberia dizer para o senhor, mas

podemos levantar depois, em um período recente, o que mais chegou de perguntas, porque às vezes não é nem só denúncia, tem muita dúvida mesmo do cidadão, a própria ouvidoria, “em que lugar que vou ser atendido”, “passei no AME” ou dúvidas do próprio modelo. A gente recebe muitas dúvidas sobre (Inaudível.). “Olha, quem era a entidade contratada naquela unidade número tal?” Ou, às vezes, um convênio, porque as pessoas confundem, às vezes, um hospital filantrópico que tem um convênio de subvenção com a secretaria, ele entende que aquilo é uma OS (Inaudível.).

Olha, aqui nós só fazemos a avaliação das unidades (Inaudível.), mas não tenho agora (Inaudível.), não tenho esse panorama, assim, da distribuição das perguntas pela LAI, mas podemos, se o senhor entender adequado, fazer, olhar um pouco como se estruturou. O que nós temos aqui é uma rotina de respostas aos canais, então todas as indicações que chegam da Alesp, inclusive, já vão para um setor, a gente levanta as informações e tenta responder o mais rápido possível, o Ministério Público, a gente vai distribuindo para poder gerar as respostas e devolver para quem de direito.

O SR. SERGIO VICTOR - NOVO - Respondido, Danilo. Obrigado pelo o seu tempo, pelos esclarecimentos. Devolvo a palavra, presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Muito obrigado, nobre deputado Sergio Victor, Danilo.

Nós temos inscritos mais quatro deputados. Vou pedir a V. Exas. que procurem tentar ser mais objetivos, se é que é possível, porque as explanações são boas, todo mundo está aproveitando bastante as respostas do Danilo.

Passo a palavra à nobre deputada Analice Fernandes, nossa vice-presidente.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Sendo breve, viu, presidente, para dar tempo para todos fazerem as suas indagações, tirem as suas dúvidas.

Eu quero, já começando aqui a minha fala dizendo que estou bastante satisfeita com as respostas feitas pelo Danilo. E quero lhe cumprimentar, viu, Danilo, pela brilhante gestão, pelo brilhante trabalho que você, juntamente com a Ivana, a Sandra e o Thiago, fazem aí na CGCSS. É um trabalho bastante intenso. Quero te dizer que eu sou fã de quando um funcionário de carreira é convidado para fazer parte de um trabalho tão primoroso como esse.

Ouvi atentamente o deputado José Américo, que nos representa no Conselho de Saúde, da avaliação das OSs, e achei bastante pertinente a fala dele no sentido de identificar que sempre a secretaria aprova as prestações de contas.

Então quero aqui só rapidamente pedir para que você possa falar um pouco para a gente se a secretaria já identificou indícios de irregularidades nos contratos realizados com terceiros ao fiscalizar os relatórios encaminhados pelas OSs. Se vocês já identificaram, embora muitas pessoas dentro do conselho achem que sempre a votação é por unanimidade, que pouco tem sido identificado, eu acredito que vocês devem ter identificado algum tipo de irregularidade. Se identificou, quais foram as medidas que a CGCSS tomou para que isso não acontecesse mais?

Você também falou sobre a rotina árdua de trabalho de acompanhamento e avaliação das prestações de contas. Eu queria que você falasse também rapidamente sobre essa rotina. Vocês recebem diariamente essas prestações de contas, as notas? Como que vocês realizam esse trabalho de acompanhamento e avaliação? E se vocês fazem também uma avaliação da qualidade daquele serviço que é prestado pela OS e se existe um grau de satisfação por parte também do usuário com relação aos serviços feitos por essas OSs.

São somente essas duas perguntas, presidente.

O SR. DANILO CESAR FIORE - Posso?

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Pode responder, Danilo.

O SR. DANILO CESAR FIORE - Perfeito. Primeiro, muito obrigado, deputada. Para nós, assim, grande parte da nossa equipe é formada por servidores de carreira ou, os que não são, estão há muito tempo aqui com a gente. Então, é uma satisfação grande. Somos todos servidores, com muito orgulho, aqui. Então agradeço muito, em nome de toda a equipe, esse reconhecimento.

Primeiro, assim, de fato, não. Anualmente nós mandamos ao Tribunal de Contas os pareceres conclusivos, mas quando a gente fala em prestação de contas, acho que aí tem dois elementos. Um é a nossa rotina de acompanhamento. Então, não atingir uma meta a gente entende não que isso seja um dolo, é só um indicador que não foi cumprido. Isso terá, a gente não chama de punição, mas terá uma consequência no contrato, que vai ser um desconto financeiro. Isso está previsto no contrato de ambas as partes.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Claro que cumprir contrato por algum motivo isso não está acontecendo e, geralmente, isso está ligado a uma gestão deficitária.

O SR. DANILO CESAR FIORE - Pode acontecer. Pode acontecer. Por isso o nosso acompanhamento diuturno e de rotina para ver se essa unidade está tendo algum, porque nós temos que estar sempre olhando o filme, não é? Olha, para onde essa autoridade está acompanhando e fazer isso periodicamente. Por isso essas reuniões trimestrais feitas in loco e estar sempre em contato para ver o que está acontecendo, por onde que as unidades estão caminhando.

Do ponto de vista de, se a gente identifica, seja por meio de uma denúncia ou se chega uma informação de que há algum problema, alguma situação irregular, nós fazemos a apuração. Ou fazemos diretamente aqui ou solicitamos que a unidade apure e nos mande as informações.

Se identificamos que ali há um aspecto doloso ou algo que tenha que ser corrigido, tomamos as medidas administrativas, seja a devolução de recurso, seja solicitando alguma medida disciplinar com um funcionário, por exemplo, das coisas mais simples. Há denúncia, às vezes, de que um funcionário maltratou um cidadão. Nós solicitamos a apuração, ele vai ser advertido, ele precisa ser (Inaudível.). Tem uma rotina de acompanhamento de ações desse tipo, seja por meio de denúncias ou porque chega ao nosso conhecimento pelos mais diversos canais.

Isso são camadas, vamos dizer assim. Então, tem o nosso acompanhamento interno aqui que, na apuração, na prestação de contas, se nós identificarmos que há algum indício, alguma necessidade de restituição daquele recurso ao erário, nós já solicitamos.

E depois isso passa pelo escrutínio do próprio Tribunal de Contas. Muitas vezes ele identifica e fala: “Entendo que nesse recurso aqui houve um prejuízo ao erário, portanto a entidade não é o contrato, a entidade deve devolver o recurso.”.

A nossa rotina, deputada, é uma rotina de avaliação desses contratos. Nós estamos sempre de olho, em cima. Nós temos uma relação muito boa com nossos parceiros, mas uma relação em que a gente brinca, né? Quer dizer, nós estamos de um lado do balcão e os parceiros estão de outro. Uma relação respeitosa, amistosa, mas na qual estamos sempre buscando melhorar o desempenho (Inaudível.) e a melhor aplicação do recurso público.

Como eu falei, vou só frisar, nós temos, mensalmente, as unidades encaminhando para a gente a conciliação bancária, então eles mostram para a gente, “tenho em caixa tantos mil reais”. Isso é comparado com, de fato, o extrato bancário da unidade. Eu quero saber. E, se aquilo não estiver lá, eu vou perguntar: “Ué, mas você falou para mim que você tinha 50 mil reais em caixa, mas eu estou olhando o seu extrato aqui e tem 35, o que aconteceu?”. E aí ele tem que prestar contas.

Olhando o faturamento SUS, a auditoria do SUS, estamos junto das unidades a todo o momento. Acho que a nossa coordenadoria tem esse papel de fazer esse acompanhamento junto com outras áreas da secretaria também.

Com relação à satisfação dos usuários, um dos indicadores de qualidade é uma pesquisa... Está me ouvindo? Me ouve?

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Não, é que o som começou a ficar picotado e a gente...

O SR. DANILO CESAR FIORE - Melhorou?

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Melhorou.

Agora sumiu.

O SR. DANILO CESAR FIORE - Melhorou?

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Melhorou.

O SR. DANILO CESAR FIORE - Perfeito.

Todas as OSs têm como indicador de qualidade realizar a pesquisa de satisfação do usuário. Essa pesquisa é acompanhada pelo setor de humanização aqui da secretaria e ela é feita nos mesmos moldes para todos os hospitais, sejam hospitais da administração direta, sejam os de OS. É um dos indicadores do contrato, inclusive, trazer os dados dessa pesquisa para nós.

E o que nós temos visto é um índice de satisfação muito bom da maioria das unidades, sobretudo dos AMEs. Os AMEs são o equipamento público mais bem avaliado do Estado, até mais do que o Poupatempo, por exemplo. É uma competição sadia que a gente faz, mas que a gente fica muito contente. É um serviço muito bem avaliado e,

evidentemente, às vezes tem algumas situações em que tem reclamações ou queixas dos usuários e a gente acaba também olhando e vendo o que pode melhorar.

Com relação aos indicadores de qualidade, essa também é uma rotina da nossa coordenadoria. Todos os contratos de gestão trabalham com indicadores de qualidade. No caso dos hospitais, atividade cirúrgica, atividade de saúde mental, atividade obstétrica; no caso dos AMEs, a taxa de perda primária, absenteísmo, esses indicadores que estão aí já no portal, alta global dos pacientes, porque a gente procura, de um lado, ter a produtividade das unidades, que elas produzam, mas, por outro, com critérios mínimos de qualidade.

Isso também é um trabalho de evolução constante, porque isso, anualmente, a gente revisa essas metas, essas propostas, para inserir novos indicadores, porque isso também acaba ficando datado. Um indicador que há quatro, cinco anos era muito importante, hoje é cumprido, que bom, está indo tudo bem, mas nós estamos sempre correndo atrás da literatura, de outras áreas, para ver o que a gente pode inserir nos contratos para, sempre, manter um nível elevado de eficiência e até aumentar.

Entendo que aqui, na coordenadoria, a gente criou uma cultura de avaliação por resultados, sejam resultados de produção, sejam de qualidade. E isso teve um impacto grande na assistência. Grande parte dos serviços nossos tem a acreditação canadense ou a acreditação ONA e isso é muito bom, mas acho que isso veio, também, dessa cultura nossa. Como as unidades gerenciadas por OSs se sentem observadas e entendem que tem uma área de tutela institucional, isso ajuda a qualificar o processo na ponta.

Então, deputada, isso, para nós, é algo que estamos sempre procurando atualizar, correr atrás e inserir novos elementos nos contratos, nos manuais, a cada ano, para não ficar uma coisa parada no tempo. Nisso a literatura vai evoluindo, a própria comissão de avaliação tem um papel importante, porque são muitos professores, professores aqui do HC que sempre trazem para a gente: “Olha, não é o caso de começar a olhar isso, aquele elemento, está se olhando tal coisa”. E isso é muito bom, esse feedback. Estamos sempre procurando evoluir nesse sentido.

Acho que era isso, deputada.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - É isso. Mais uma vez, parabéns. Nós temos que trabalhar. Nós, que fazemos parte da Saúde, que somos defensores da Saúde no estado de São Paulo, temos que estar sempre olhando e buscando o aprimoramento dela. E São Paulo sai na frente de todos os estados deste País.

Acho, também, que esse modelo contribuiu para que, em Saúde, São Paulo pudesse ser a locomotiva deste Brasil. Então, todas as questões de grande complexidade, aqui elas são resolvidas com excelência.

E graças a pessoas, claro, que, como vocês, estão na linha de frente, estão nesse front de batalha, contribuindo, colaborando, para melhorarmos a gestão a cada dia. Então parabéns a essa brilhante equipe e ao seu trabalho de gestão aí na CGCSS. Parabéns. Obrigada, estou satisfeita.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Obrigado, nobre deputada Analice. Danilo, passo a palavra então ao nobre deputado Wellington Moura.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Obrigado, Sr. Presidente. Mais uma vez agradecer a todos os deputados pela presença e agradecer ao Danilo Cesar Fiore. Danilo, primeira pergunta: você é filiado a algum partido político?

O SR. DANILO CESAR FIORE - Não, eu não sou, deputado.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Primeiro: de acordo com o Art. 11, terceiro, do Decreto nº 51.435, de 2006, que regulariza as atribuições de sua pasta, faz parte do núcleo de apoio administrativo o controle de registro de frequência e férias dos servidores dos contratos de gestão das organizações sociais da Saúde. Dando como exemplo apenas um contrato da SPDM. Noventa por cento dos contratos são de empresas prestadoras de serviços médicos laboratoriais e enfermagem. Então eu questiono: como é realizado o controle de frequência desses profissionais que, durante o exercício de suas atividades, são equiparados como servidores?

O SR. DANILO CESAR FIORE - Os servidores que estão nos contratos? É isso, deputado, dentro dos contratos, nas unidades (Inaudível.) Então, aí, deputado... Desculpa, pois não.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pode falar, pode falar, por favor.

O SR. DANILO CESAR FIORE - Não, porque, veja, eu acho que voltamos àquela questão. Quando nós fazemos o contrato de gestão com uma entidade ou com uma OS, o que se pressupõe aí é um contrato de resultados em que nós estamos contratando a gestão de uma unidade plena para o atendimento de determinadas metas e de serviços de saúde. Então de fato esse controle da ponta, dos horários funcionais e tal, é feito pela unidade. Porque o que ela tem que garantir, por exemplo, são as agendas ambulatoriais, ela tem que garantir que os médicos e os serviços estejam funcionando nos prazos e nos momentos adequados. Então o senhor citou alguma legislação ali que eu não pude pegar bem; se o senhor puder passar para a gente, mas...

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Não, é o decreto que regulariza as atribuições da sua pasta, é o Decreto nº 51.435, de 2006. É que então ele faz com que vocês venham a ter um controle do registro de frequência e de férias dos servidores que são contratados.

O SR. DANILO CESAR FIORE - Ah, então, mas aí, deputado, são os servidores aqui, estou entendendo, da nossa coordenadoria, porque nós somos funcionários da Secretaria. Então o nosso núcleo...

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Não, não. Não são os servidores da sua Secretaria; são de todas as gestões que são realizadas nos contratos. Então a SPDM tem lá, 90% dos contratos são de empresas prestadoras de serviços médicos. Como é que vocês acompanham esses médicos? Como é que vocês acompanham a frequência desses médicos? Para saber se eles foram, se eles não foram.

O SR. DANILO CESAR FIORE - Então, mais uma vez, deputado, assim, eu não sei, eu vou até checar aqui, esse eu acho que é o nosso decreto de criação de estruturação aqui da Secretaria e da CGCSS, que todo decreto de uma área meio de um órgão tenha esses controles do núcleo administrativo da vida funcional dos funcionários aqui. Mas vamos checar se isso fala também da questão dos contratos de gestão. Nós não fazemos uma checagem direto das equipes, sejam celetistas, ou sejam contratadas por empresas, nas unidades. O que nós fazemos é o controle da gestão da unidade. Então ela atingiu as metas? Ela está prestando o serviço no pronto-socorro? Está vindo reclamação dessa unidade?

Porque nós entendemos aqui que nos somos uma área que controla, que acompanha e monitora, se o serviço de Saúde está sendo prestado de acordo com os parâmetros fixados em contratos de gestão. Então, de fato, aí nós entendemos que entraria num nível de controle de área meio que o modelo do contrato de gestão justamente o que ele prevê é que nós façamos o controle dos resultados. Então o que nós queremos entender é: aquela unidade, o pronto-socorro, está prestando o serviço?

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Mas quem controla a frequência desses servidores? Não tem então quem... Quem controla é a própria organização social que contrata? É ela que controla? O estado, através de vocês, não controla a frequência para saber se aqueles médicos estão cumprindo a sua carga horária com todas as suas responsabilidades?

O SR. DANILO CESAR FIORE - Aí eu retorno à (Vozes sobrepostas.).

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - (Inaudível.) Atividades?

O SR. DANILO CESAR FIORE - Desculpa interrompê-lo, deputado, mas aí eu retorno porque o que é mais interessante para nós: é controlar, avaliar e monitorar escalas de trabalho ou se o serviço de Saúde? Eu acho que é uma premissa do modelo. A premissa do modelo (Vozes sobrepostas.). Depende, deputado, porque, assim, o que se fez na administração pública ao longo dos tempos foram controles de meios. Então olhar notas, olhar escalas de trabalho, olhar se as pessoas estão lá. Aqui há um foco nos resultados: nos resultados assistenciais e nos resultados de produtividade. Aquele ambulatório está fazendo as consultas que foi contratado para tanto? Se ele tem uma meta de cem, duzentas, consultas, ele tem ali um financiamento previsto para aquilo.

Portanto, ele precisa ter uma escala de trabalho mínima para cumprir aquela meta, porque se ele não fizer, aí nós vamos colocar tinta nele, nós vamos fazer o desconto da produção que ele não cumpriu. Isso no hospital também, ele tem tantas cirurgias a fazer. Se ele não organizar as equipes ou não fizer as escalas adequadamente para entregar aquela produção, ele é que vai ser penalizado. Então acho que são enfoques um pouco diferentes, jeitos de avaliação.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Vocês fiscalizam na questão do gerenciamento do trabalho. Se ele, exemplo, estão lá previstos 30 mil exames naquele mês: se ele cumpriu aquele objetivo de 30 mil exames naquele mês. Então vocês controlam assim. Mas então a frequência dos profissionais no período das suas atividades vocês não controlam?

O SR. DANILO CESAR FIORE - Não. Não tem esse controle do dia a dia. Evidentemente, por exemplo, no caso de um ambulatório é fundamental, o mais importante é a consulta dos médicos. Como é que a gente controla isso? Um dos indicadores é a avaliação das agendas. Então nós recebemos aqui da central de regulação as informações. Num ambulatório, por exemplo, de Ourinhos, num AME de Ourinhos, ele tem que pegar, por mês, cem consultas novas para a rede. Nós vamos lastrear isso em informação com a central de regulação. Aquelas consultas estão disponíveis para a rede? E ali é que nós estamos olhando. Então ele deixou aquela consulta para a população daquela região?

Porque nós entendemos que o mais importante do contrato de gestão é essa avaliação custo-efetividade: olha, eu tenho metas de produção com parâmetros mínimos de qualidade. Dentro daquele orçamento isso está sendo efetivado, sim ou não? É isso que é o nosso... (Vozes sobrepostas.)

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Você então não controla a folha de gastos de pagamentos de funcionários?

O SR. DANILO CESAR FIORE - Folha de gastos, sim, deputado, enquanto informação gerencial, porque no nosso acompanhamento contábil a folha de pagamento é um dos mais importantes. Serviços de Saúde, basicamente, é pessoal. É pessoal intensivo. Até por previsão legal tem a limitação dos 70%, isso é previsto em contrato, que é no máximo 70% de gasto de custeio com pessoal; geralmente 15, 20% de matmed e as outras despesas. Então nós estamos olhando aí as grandes despesas, e aí olhando se há grandes flutuações. Isso que é mais relevante. Porque se aquela unidade, ela... Vocês me ouvem?

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Ouço.

O SR. DANILO CESAR FIORE - Se aquela unidade se desequilibrar, ou contratar muita gente, ou deixar de contratar, e isso de alguma forma impactar no serviço, isso certamente terá um reflexo nas metas dela, seja na qualidade ou seja na produtividade.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Quantos servidores o estado possui ao todo nessas condições? E se o senhor tem um controle de gastos com a folha de pagamento, o senhor disse que já tem. E se nos últimos anos foi realizado estudo de viabilidade a respeito da eficiência e economicidade da contratação direta desses profissionais.

O SR. DANILO CESAR FIORE - Profissionais eu não tenho agora o número. Nós temos o levantamento, a gente tem o número de profissionais. Posso mandar depois, deputado, o número mesmo de quantos profissionais estão atuando no âmbito dos contratos de gestão, sejam administrativos, sejam profissionais de saúde. A gente tem essa informação até em série histórica. Posso passar. Não vou chutar um número agora para não errar aqui, mas aí passo a informação.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Mas nem uma média aproximada você tem?

O SR. DANILO CESAR FIORE - Olha, a última vez que nós vimos eram cerca de 60 mil, 60 mais ou menos, deputado. Eu tenho medo de dizer um número aqui e depois...

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Não, tá.

O SR. DANILO CESAR FIORE - Mas eu prefiro mandar o número correto, a nossa informação aqui certinha, o número preciso para o senhor depois.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Eu até questiono isso, Danilo, é porque, exemplo, às vezes a pessoa, a consulta de uma pessoa está na agenda lá do... Mas quem garante se ela foi realizada ou não?

O SR. DANILO CESAR FIORE - Vou só responder a primeira parte, deputado. Então, assim, nós acompanhamos as despesas de pessoal. O senhor perguntou se tem estudos de eficiência. Veja, os estudos que têm sido feitos são de comparação de modelos. E todos os que têm sido feitos até o momento mostram que o modelo é mais custo efetivo. Ele tem capacidade de entrega, mesmo em comparação não só com hospitais diretos, ou com universitários, ou outros serviços comparados, tem uma série de estudos nesse sentido.

Mas acho que é sempre bom, a gente tem aqui uma preocupação constante de melhoria de desempenho das unidades, de que elas cada vez mais utilizem gastos, sejam eficientes, e entreguem mais pelo mesmo valor. Então acho que estamos sempre procurando de alguma forma apertar um pouco nesse bom sentido para que elas entreguem sempre mais serviço para a população. Desculpa, a segunda questão que o senhor colocou do...

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Como?

O SR. DANILO CESAR FIORE - O senhor falou uma segunda questão agora do pessoal?

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Não, só foi sobre a consulta. Eu dei um exemplo, se a pessoa faz uma consulta numa agenda, uma consulta está na agenda, mas quem garante que esta agenda foi realizada?

O SR. DANILO CESAR FIORE - Perfeito. Nós fazemos no lastro. Por exemplo, no caso de um ambulatório, o nosso lastro é a central de regulação. Então aquela consulta foi agendada pela central de regulação, os ambulatórios estão cem por cento lá dentro, vai ter uma ficha do paciente que vai trazer. Além disso, ele gera um faturamento SUS. Todas as nossas unidades são cem por cento SUS. Então, por exemplo, no caso de uma consulta ele vai gerar lá já um boletim de produção ambulatorial, e aquilo é auditado também pelo Sistema Único de Saúde.

O senhor falou de uma consulta, mas poderia ser uma cirurgia, poderia ser qualquer procedimento médico. As unidades têm que fazer o faturamento e acompanhado tanto por essa, aqui pela nossa coordenadoria, quanto por todos os canais de acompanhamento do

SUS, seja um hospital de contrato de gestão, seja um hospital universitário, um hospital filantrópico, ou de administração direta.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Já houve mecanismos por parte da Secretaria para forçar as organizações sociais a criarem planos de carreira que fomentem a contratação direta destes profissionais, evitando desperdício de verba pública e um atendimento médico à sociedade?

O SR. DANILO CESAR FIORE - Não. O que elas são obrigadas pela legislação é ter um plano de cargos e salários, isso está previsto na Lei nº 846, e uma política de contratação, um manual de contratação de terceiros. Então ela tem que seguir alguns ritos. Não são ritos, seja de um concurso público ou da Lei nº 866, mas ritos próprios, e que ela tem que atendê-los: chamar dois ou três editais, fazer uma seleção pública, alguns desses ritos ela tem que vir. Então isso é exigido já por previsão legal. Agora, voltando à questão, a contratação. A pergunta parte um pouco de uma premissa de que a contratação direta é mais economicamente vantajosa. Não necessariamente, deputado, porque isso, mais uma vez, isso parte um pouco da política de gestão de pessoas da unidade, da entidade, da OS.

O que nós estamos contratando dela é a gestão daquela unidade. Portanto se dentro daquela gestão ela entende que é mais custo efetivo ter funcionários celetistas, ela faz dessa forma. Para alguns setores, para algumas especialidades, ou se ela entende que ali a contratação, por exemplo, por procedimentos no mercado de Saúde tem sido mais adequada, ela pode ir por essa forma. Ambas podem ser mais ou menos custo efetivas, o que para nós, nós vamos pagar aquilo que está previsto no orçamento no contrato de gestão dela.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Perfeito.

O SR. DANILO CESAR FIORE - O que nós vamos checar na ponta é se o serviço foi prestado e se o atendimento foi realizado.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Danilo, eu quero falar agora em relação à Iabas. Por que essa pasta não interveio na suspensão do pagamento do contrato com a Iabas, sabendo que essa instituição utilizou serviços públicos das Unidades Básicas de Saúde para prestar serviços no hospital de campanha?

O SR. DANILO CESAR FIORE - Deputado, nós não temos na esfera estadual contrato com o Iabas. O Iabas não é qualificado como OS na administração estadual. Sei que ele teve alguns contratos com a Prefeitura aí, mas do ponto e vista do estado, eles tampouco têm qualificação.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Mas foi dinheiro do estado?

O SR. DANILO CESAR FIORE - Não saberia lhe dizer, deputado, porque não é da nossa coordenadoria aqui se houve repasse de recursos estaduais para hospitais de campanha do município. Não saberia lhe dar essa informação. De nossa parte, nós não temos nenhuma avença com o Iabas, não temos contratos, convênio de qualquer ordem, e tampouco o Iabas é qualificado como OS na esfera estadual. Portanto ele não pode nem responder aos chamamentos nossos.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Então em nenhum momento, da parte de vocês houve algum, do repasse que houve do estado - porque o estado repassou para o Iabas, através do município -, então não teve nenhuma intervenção da parte de vocês?

O SR. DANILO CESAR FIORE - Na nossa coordenadoria nenhum contrato direto. Não sei se é a secretaria que o senhor está dizendo... Não conheço informação de que a Secretaria repassou ao município. Não saberia lhe dizer.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Tá. É de atribuição do grupo técnico de gerenciamento administrativo, que é o Art. 16, 4, da folha do Decreto supramencionado, é proceder periodicamente um inventário de todos os bens constantes do cadastro dos contratos de gestão da Saúde. Como é realizado esse controle?

O SR. DANILO CESAR FIORE - Esse controle, na verdade, todo o patrimônio das unidades contratualizadas é um patrimônio público, não é, deputado? Então esse patrimônio é um patrimônio do estado, e as unidades fazem cadastro num sistema, o sistema ACP, que significa Sistema de Administração e Controle Patrimonial. Mas o

acompanhamento do patrimônio não é aqui da nossa coordenadoria, é da coordenadoria de administração direta, da CSL, por quê? Porque o patrimônio não é das OSs, o patrimônio é público, ele é 100% público. Qualquer ventilador, qualquer equipamento, cama, TVs, todo o patrimônio que é utilizado para a prestação daquele serviço é um patrimônio do estado de São Paulo. Então se houve a compra de um equipamento aqui pela Secretaria, ela é patrimoniada, inserida nesse sistema, e acompanhada pela área de patrimônio aqui da pasta.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - O que é realizado com os bens inutilizados pelas organizações sociais?

O SR. DANILO CESAR FIORE - É o mesmo fluxo dos bens que são, que como são bens de uma unidade pública, 100% estadual, é dado demex, que eles chamam. Então se o bem é inutilizado, não tem mais, chegou ao fim da vida útil, é informado à área própria aqui da Secretaria para dar a destinação como se fosse aqui a nossa, aqui os nossos bens, a nossa mesa aqui, como uma unidade pública regular, vamos dizer assim, de administração direta. É o mesmo fluxo, seja para uma unidade contratualizada, seja para uma unidade de administração direta.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - E o descarte é feito como? É tipo um reaproveitamento ou são doados?

O SR. DANILO CESAR FIORE - Olha, deputado, vou responder, essa não é uma área que acompanho diretamente, mas sei que, quando as unidades pedem o Demex, que é a destinação final, se é sucata, por exemplo, vai para a venda de sucata e isso vira um recurso que é aplicado no fundo de solidariedade do estado.

Mas volto a insistir: é o mesmo fluxo que é feito para as áreas-meio aqui do estado, para qualquer secretaria, para a Educação... É a política de regulação do patrimônio do poder público estadual. Não tenho detalhes, porque sei que tem todo um regramento próprio.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Quem é o responsável por esse descarte?

O SR. DANILO CESAR FIORE - A administração direta, no caso. Quem cuida do patrimônio é a Coordenadoria de Serviços de Saúde. Não sei o fluxo, se a unidade manda diretamente para essa área de descarte, não saberia dizer como funciona esse fluxo, mas sei que segue as mesmas normas e regulamentos de qualquer unidade estadual.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Existe um controle previamente estabelecido para a aquisição de bens e produtos pelas organizações sociais?

O SR. DANILO CESAR FIORE - Sim, existe. Na verdade, grande parte do patrimônio é adquirido diretamente pela secretaria, mas as OSs também podem fazer investimentos com recursos de investimento no contrato, na previsão.

Então, por exemplo: a compra de um leito hospitalar. Ela tem que fazer a política de compras dela, solicitar orçamentos. Isso é avaliado pelo nosso grupo de equipamentos de saúde. A secretaria tem uma... Não é vinculada à nossa coordenadoria, mas tem uma área que avalia. Ou, por exemplo, uma obra, uma obra de infraestrutura. O grupo de edificações avalia: “Não, olha, é adequado, pode fazer”. Dando o aval, o recurso é repassado e a OS faz essa aquisição ou essa obra.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - E a pasta confronta os índices de preços pesquisados pelas organizações sociais, a fim de atestar a veracidade dos preços e evitar superfaturamento?

O SR. DANILO CESAR FIORE - Acompanha do ponto de vista gerencial. Mais uma vez: as OSs não são obrigadas a ir, por exemplo, à BEC ou a instrumentos de compras públicas, mas a gente sempre usa esses parâmetros, eles nos ajudam.

Então, no próprio relatório da comissão de avaliação há uma avaliação de alguns itens, por exemplo, de uso contínuo, como luvas e alguns remédios que se usa muito, como paracetamol, dipirona, para ver como está a distribuição.

Mas volto a insistir: nós não compramos aqui, não contratamos itens, não contratamos luvas. Nós contratamos o serviço. Dentro desse serviço de Saúde e daquela orçamentação, a aquisição de materiais e insumos está dentro desse bojo. De novo: não é um controle dos meios, é um controle dos resultados daquela unidade.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Perfeito. Danilo, obrigado pelas respostas e bom trabalho para vocês. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Obrigado, nobre deputado Wellington. Passo a palavra agora à nobre deputada Janaina Paschoal. Tem a palavra.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento novamente V. Exa., os colegas, o Dr. Danilo e a equipe. Com máscara às vezes é difícil, mas tenho a impressão de que foi até mesmo essa equipe que me recebeu quando visitei esse setor de acompanhamento do trabalho das OSs.

Até lembro de uma apresentação, em alguma medida, até coincidente com essa que foi feita para a CPI, e o esclarecimento que, no momento, ali, foi muito importante para mim, de que muitas das reclamações têm a ver com OSs contratadas pelos municípios. Às vezes, a gente acaba reclamando com a secretaria estadual de situações em que os municípios estão falando de problemas envolvendo OSs contratadas pelos municípios. Não tenho certeza se era essa equipe, mas eu acho que era. Então, fica aqui, primeiro, o meu agradecimento pela acolhida naquela oportunidade, pelos esclarecimentos.

Eu trago uma preocupação com um tema que acabou surgindo durante os trabalhos desta comissão, que diz respeito ao fato de a SPDM assumir o Cross. Então, quero também registrar, como fiz na semana passada, que não tenho nada contra nenhuma OS em especial, nenhum gestor em especial. Sei que tem relatos de elogios dos usuários por parte dos serviços prestados nas unidades controladas pela SPDM.

Então, aqui não tem nenhum tipo de perseguição ou de implicância, mas fiquei preocupada, porque hoje, no “O Estado de S. Paulo”, se não estou equivocada, a OS que tem o maior número de equipamentos sob sua gestão é justamente a SPDM.

E eu fiquei surpresa ao saber que a SPDB assumiria o Cross. Por quê? Porque o Cross é um serviço central para o sistema de Saúde no estado de São Paulo. Eu ousou dizer que é o coração. Tanto é que, no dia em que fiz essa visita - não lembro se foi no mesmo dia em que também visitei o Cross ou em que solicitei para visitar o Cross -, lembro que conversei sobre isso e até perguntei por que uma OS de engenheiros lidera o Cross, controla o Cross. Quando visitei o Cross, compreendi melhor, porque tem muito mais ali de tecnologia do que de saúde propriamente. É todo um sistema informatizado de divisão de casos a serem acolhidos nas várias unidades de Saúde.

Lembro que acompanhei um caso de uma criança que caiu de um brinquedo no parquinho, se não me engano, em Jaú. E aí nós procurávamos... Eu lá na central da Cross procurando onde essa criança seria atendida.

Lembro que perguntei ao Dr. Napoli, que, na época, não sei se continua, era o principal responsável ali, se eles faziam um controle na ponta sobre o atendimento, ou seja, eu estava ali no Cross, a menina caiu e bateu a cabeça em Jaú, se não me engano. Precisava de um neurocirurgião. O Cross fez a indicação. Eu lembro que eu perguntei: “Amanhã vocês telefonam para saber se essa criança foi atendida? Para saber se ela conseguiu os exames? Vocês fazem uma checagem, ainda que uma amostra, por amostragem?” E o Dr. Napoli, na época, disse que não, mas que estavam estudando implementar, que isso seria um aprimoramento do trabalho.

Aí eu, por conta própria, aqui do gabinete, liguei aos hospitais que, no dia anterior, a gente tinha feito o acompanhamento, para saber se a criança tinha sido atendida. Constatei que a criança tinha sido atendida, mas não no hospital que o Cross havia indicado, mas em outro hospital.

Bom, tudo isso para dizer o seguinte: eu fico preocupada que uma OS que controla tantos hospitais, tantos exames, tantos equipamentos, tenha também o controle da distribuição do serviço.

Se antes já havia queixas com relação ao trabalho do Cross, de desconhecer, por exemplo, as emergências de uma situação concreta, de olhar de maneira muito fria para os casos, como se apenas uma fila cronológica fosse o critério a ser observado, agora existe um risco, e com isso não estou fazendo nenhuma acusação, mas existe um risco concreto de uma OS escolher, vamos dizer assim, o que tem de mais interessante em termos de tratamentos para si e deixar aquilo que não seja interessante para os demais. E o interessante pode ser avaliado por diversas perspectivas, sabe? Remuneração, possibilidade de sucesso, dificuldade no tratamento, eleição dos casos que sejam mais apropriados.

Então, eu queria entender, primeiro, qual foi o problema que houve com a OS que controlava o Cross - se não me engano, a Seconci? Não tenho certeza, mas, se não me engano, é esse o nome. Qual foi o problema que houve? Quem participou desse processo seletivo? Como foi esse chamamento? Qual foi o questionamento que o Ministério Público fez? Como está a discussão judicial? Eu sei que houve uma impugnação.

Nos dias de hoje, quem é que está administrando o Cross? Já é a SPDM? Ainda é a Seconci? Existe uma transição? Que normas vocês, como fiscais desse sistema todo, que

normas vocês vão estabelecer de “compliance” para que a SPDM não indique para as outras OSs o que ela não quer, para que ela não coloque nos seus equipamentos apenas... Vou usar um termo aqui não técnico, até peço desculpas, mas acho que quem nos acompanha vai nos compreender. Ela vai distribuir o filé para si e o músculo para os demais, entendeu? É horrível falar desse jeito, mas talvez a população compreenda.

Não estou fazendo acusações, mas quero saber quais são os critérios, quais são as normas de “compliance” que vocês estão estabelecendo. Pelo que aprendi aí, e agora, eu entendo que esse papel é, sim, do departamento dos senhores. Quais são essas normas para que não tenhamos um monopólio mesmo, já não mais só em termos de prestação de serviços, mas em termos de distribuição desse mesmo serviço essencial para a população, sobretudo a mais carente?

Então, é essa a indagação central. Conforme os senhores forem respondendo, vou pedir permissão ao presidente para, eventualmente, complementar.

Seria isso, Sr. Presidente.

O SR. DANILO CESAR FIORE - Deputada, bom dia. Acho que foi, inclusive, nesta sala que estivemos. Se não foi nessa, foi em uma outra aqui. Agradeço as perguntas. Vou fazer um breve histórico da Cross, da Central de Regulação, muito breve, que é uma história de dez ou doze anos de implementação desse sistema.

O contrato de gestão se encerrava este ano. Ele tem um prazo de cinco anos. Agora, no dia 31 de julho, salvo engano, ele se encerrava. E como é praxe, com o contrato perto do encerramento, cerca de seis meses antes, a gente abre a convocação pública.

Por uma decisão institucional, o Seconci não quis participar dessa convocação para continuar como gestora. Uma decisão interna deles, precisaria perguntar para eles por que entenderam que não era adequado.

Outras OSs entraram, entre elas a SPDM. Que manifestaram interesse, salvo engano, foram quatro. Quatro OSs, se não me engano: Fidi, SPDM, Fundação do ABC e Santa Casa de Pacaembu. Todas essas que se manifestaram fizeram visitas à central, como a senhora fez. Levantaram questionamentos, apresentaram as propostas e se entendeu que a proposta da SPDM era a mais adequada.

Esse contrato, agora... A transição já tinha começado, a SPDM tinha sido definida como gestora da unidade. Sempre que é assim, a gente inicia um grupo de transição conduzido pela secretaria com as duas, com quem está entrando e com quem está saindo. Estava indo muito bem, caminhando, já tinham sido feitas as tratativas para que houvesse

uma transição sem nenhuma solução de continuidade, quando veio a decisão judicial, a liminar.

Vindo a decisão, o próprio juiz já dizia que a Central de Regulação não podia parar, porque ela é fundamental, ela funciona 24 horas. Portanto, ensejou uma prorrogação excepcional do contrato. Então, atualmente, o Seconci continua como gestor da unidade em um contrato de vigência excepcional de um ano, aguardando essa decisão judicial que está agora em segunda instância, aguardando a deliberação dos desembargadores.

Do nosso ponto de vista, houve dois questionamentos, um do Ministério Público de Contas, que era sobre o objeto do contrato; esse questionamento foi derrubado no Tribunal de Contas. Na época, o entendimento da secretaria prevaleceu. E esse do Ministério Público, agora, está sub judice, aguardando a decisão final do Judiciário.

E aí, vou dizer agora há pouco, pela secretaria, que colocamos, demos à Procuradoria do Estado os elementos e entendemos que, no Ministério Público, há uma incompreensão de como é a forma de contratação, porque havia ali um questionamento sobre preços, que a gente não dizia qual era o preço.

Mas, assim como um hospital e um AME, eu não contrato médicos na Central de Regulação, eu não contrato um sistema, eu contrato a atividade de regulação do serviço de saúde, que, sim, demanda médicos reguladores; sim, demanda um sistema informatizado, mas isso é uma unidade. A senhora esteve lá. É um prédio, tem equipes trabalhando lá dentro, equipes de T.I., equipes de avaliação de dados, equipes de médicos. Então, é importante ter essa dimensão.

Do nosso ponto de vista, o Ministério Público tem uma incompreensão - alguns órgãos de controle também - de que o nosso modelo de contratualização é um modelo por orçamentação global de gestão da unidade, buscando que a gente fizesse uma precificação, como se fosse uma lei de licitação.

Concordo, deputada, acho que a Cross é um instrumento fundamental. Mostrou-se fundamental na pandemia, muito importante. Os dados que foram levantados, a ocupação dos leitos.

Acho que, sim, é uma preocupação relevante, tanto que, para esse novo contrato, para essa nova convocação, inserimos alguns elementos de acompanhamento, inclusive a necessidade de uma política de “compliance”, de governança corporativa, para justamente tentar prevenir o conflito de interesses. Como a senhora falou, não é dizer que ele vai existir, mas vamos prevenir. É melhor prevenir para que não haja nenhuma suspeita de parte a parte, sejam os serviços da ponta, sejam as unidades.

Então, acho que é importante ter alguns requisitos, por exemplo, dos funcionários... Quer dizer, quem vai trabalhar nesse setor? É importante que os médicos reguladores tenham essa perspectiva e que isso esteja muito claro para a ponta também.

E que nós, como secretaria... A senhora falou: “Ela tem o controle”. Ela não tem o controle, porque a atividade de regulação é do grupo de regulação aqui da secretaria. Quem cria agendas, por exemplo... A Cross não cria agendas. Um AME, por exemplo, tem uma agenda de consultas com urologista. Quem distribui essas cotas não é a Cross, é o grupo de regulação, é o DRS. Dessas 100 consultas, 50 vão para o município de Jaú, 50 para Bauru, 10 para a própria unidade. O próprio AME ou a Cross não podem criar essa agenda. Isso é uma prerrogativa da secretaria.

Então, isso é muito importante de ter claro. E acompanhar. Acho que temos que acompanhar os dados e olhar diuturnamente. Esse questionamento, deputada, que a senhora faz, poderia fazer também ao Seconci agora, porque ele é o gestor e ele também tem serviços. E o que temos visto, quando acompanhamos as regulações, é que não há esse viés de seleção. No fundo, acho que é isso que a senhora está falando, é nós inserirmos um viés de seleção que, de alguma forma, preserve as unidades que também são gerenciadas na ponta.

Temos visto e temos, cada vez mais, inserido, inclusive nos nossos contratos dos hospitais, que os núcleos de regulação dos hospitais acompanhem: esse hospital está respondendo tempestivamente? Das 50 regulações que chegaram aquele mês, quantas ele respondeu positivamente? Ele está negando tudo? Está recebendo muita vaga zero? Por que está negando tanto? Está faltando alguma coisa?

Acho que isso é com informação que a gente faz. Acho que é importante ter regramentos, ter políticas de governança, sem dúvida nenhuma. Acho que é uma preocupação muito válida, mas isso se faz na prática. Acho que a gente já está acompanhando diuturnamente esses dados, essas informações, para ver, se isso de fato ocorrer a gente poder agir tempestivamente e não deixar que isso ocorra, porque de fato não é esse o objetivo. Agora, também é a mesma coisa. Se os médicos reguladores que estão lá trabalhando, eles têm uma grade; não é por ordem cronológica.

Principalmente nos casos graves ele tem os critérios de classificação de prioridade e isso está tudo registrado em sistema. Se continuamente ele está deixando de mandar para um lugar que está naquela grade, naquela região, por que ele não está mandando? Isso é muito fácil de se identificar e eventualmente de se prevenir.

Nós temos as condições de fazer isso, os dados são nossos. Nossos, eu digo do Estado, da secretaria. Então, acho que só para resumir, acho que é uma preocupação válida, é importante, mas acho que nós temos os meios, sejam aqueles que nós previmos em contrato agora de políticas de governança, meios legais, regulatórios, seja com a avaliação dos dados e das equipes aqui da secretaria.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Eu entendi, eu entendi. Eu penso que o ideal, independentemente do grupo, seria um grupo que não presta os serviços.

O ideal seria assim um regulador que não esteja também na ponta, tanto para os que estão agora como os que eventualmente virão, mas essas normas de “compliance” precisam ser mesmo muito claras e precisam ficar claras para quem está na gestão, porque uma coisa são as consultas, outras são, por exemplo, os atendimentos de emergência.

“Aconteceu um acidente de trânsito. Posso mandar para um hospital que está sob o meu controle também ou para um outro hospital”; “Então esse caso não é interessante, mando para o outro hospital”.

Eventualmente, você tem um hospital abarrotado de situações de emergência e o que é gerido, vamos dizer assim, por quem está no controle, apenas com situações menos complicadas. Então, assim, eu tenho muito medo mesmo que isso venha a ocorrer.

Até para entender, qual foi o objeto da... Que eu entendi que o problema de precificação foi um levantamento do Tribunal de Contas, o MP de Contas, e do MP comum. O que foi que eles implicaram?

O SR. DANILLO CESAR FIORE - Na verdade, é o contrário. O MP de Contas colocava o objeto, colocava que ele entendia que essa atividade não era passível de contratualização. Esse entendimento foi derrubado, vamos dizer assim, no pleno do Tribunal de Contas e agora o que estava se questionando era a forma de precificação, o RH e os custos da unidade e a forma de contratação dos profissionais.

Um pouco assim na mesma linha de que: “Esse profissional deveria ser contratado diretamente”, mas é curioso porque a atividade de médico regulador não tem nem especialização; não existe essa especialização. Nós temos médicos urologistas, médicos hematologistas, oncologistas, mas essa especialidade não tem.

Esses médicos acabam vindo do quadro das áreas. São médicos que acabam se especializando nessa função um pouco pela prática de conhecer, de entender. Como seria

a contratação direta desse profissional? Porque é um perfil um pouco, não é? Um perfil atrás da máquina, assim, um perfil que está olhando os casos, avaliando.

Como diz a Dra. Sônia, precisa entender muito de Medicina, assim, no campo “lato”. Ele não pode ser um cara que entende de braço. Ele precisa entender um pouco geral para ver para onde que ele manda, o que é o ideal, se o cara aguenta ou não aguenta.

Claro, todo médico entende de Medicina, mas digo numa perspectiva mais holística, saberes maiores de várias especialidades. Então, é um perfil muito “sui generis” do médico regulador. Então, foram esses dois apontamentos em níveis gerais da ação do Ministério Público aqui de São Paulo que está agora sob julgamento.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - E só para complementar. Quando eles falam de contratação direta - só para eu entender melhor - eles estão dizendo que eles prefeririam que fosse uma contratação direta pela secretaria ou pela OS?

Porque aqui nas várias oitivas que nós estamos fazendo, quando a gente fala de contratação direta é pela OS, ou seja, os médicos seriam funcionários da OS e não pessoas contratadas de uma terceira empresa ou mesmo os médicos CNPJ. Quando o MP fala contratação direta, é direta pela secretaria ou é direta pela OS?

O SR. DANILO CESAR FIORE - Não, na verdade, deputada, essa questão da contratação direta nem foi colocada. O que ele gostaria que a gente fizesse é quase como se fosse um quadro assim que dissesse: “Olha, você tem que ter X médicos e que a secretaria previamente não disse”. E do nosso ponto de vista, a central de regulação é como um outro serviço.

Nós não temos escalas, como se a secretaria tivesse que apresentar uma escala prévia de profissionais. Veja, de novo, eu contratei o serviço de regulação daqueles médicos e aí ele vai entender como é que ele distribui melhor a escala ali dentro, dentro do orçamento que ele me propôs, como é num ambulatório, como é num hospital.

Então, para o MP, por isso que ele diria, ele pede tanto para que a gente faça uma precificação quanto uma distribuição, uma escala mínima de profissionais. Salvo engano isso é a - o pessoal está me confirmando aqui - esse foi o cerne do questionamento.

E nós questionamos justamente isso porque, de novo, eu não estou contratando o sistema e nem estou contratando médico. Eu estou contratando a operacionalização da Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde, que evidentemente lá dentro desse

bojo precisa contratar médicos e precisa ter a manutenção e desenvolvimento de um sistema.

Isso está dentro da gestão da unidade, mas eu não vou definir previamente o que ela vai precisar para cada uma dessas atividades que estão dentro do escopo dela.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Não, eu compreendo, só que eu não consigo ver esse sistema, esse serviço, como um serviço como outro qualquer, sabe? Assim, eu não consigo achar que esse trabalho é um trabalho como de uma outra OS de um outro equipamento que você pode contratar médicos.

Ali, me parece que uma capacitação diferenciada é muito necessária. Então, não sei até que ponto os próprios profissionais que estão lá não poderiam ser... Eu tenho um pouco de medo de verdade. Você disse que está sendo feito aí um trabalho de transição; já me deixa menos desesperada, porque eu lembro que eu conversei muito.

Tinha até um setor específico ali para falar da cirurgia cardíaca de crianças, que tinha tido uma denúncia no gabinete de que as filas para cirurgia de crianças cardíacas eram filas muito grandes e que não se olhava a necessidade concreta.

Então, eu cheguei no Cross já perguntando disso e aí o Dr. Napoli me levou no setor específico. Era uma médica, não vou recordar o nome dela agora, mas ela me deu uma aula, me mostrou todos os prazos das cirurgias. E havia, por exemplo, casos em que a criancinha não tinha operado não é porque não tinha vaga; é porque ela estava com uma exposição de saúde que não permitia a cirurgia.

Então, assim, eram pessoas muito capacitadas, entendeu? Eu até tenho alguns senões. Eu expus ali algumas observações que eu acho que muitas vezes esse cronológico tem que ser ponderado para além dos critérios que já há, mas eu senti um pessoal preparado, entendeu?

Então, assim, eu peço um olhar atento do setor de vocês e o entendimento de que aquele setor é o coração do sistema de saúde, que a população mais carente depende muito do trabalho ali e eu não sei se é tão simples, por melhor que seja a OS, sair da ponta e entrar para esse sistema e de repente querer trocar todo mundo.

Então, assim, é só uma observação, uma ponderação. Mas é isso, Sr. Presidente. Estou satisfeita. Obrigada. Cumprimento a todos os participantes no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Obrigado, nobre deputada Janaina. Eu estou também inscrito aqui. Vou tentar fazer o questionamento rápido porque

nos faltam três minutos só e se não houver tempo para a resposta, por favor, Dr. Danilo, você me encaminha depois, por gentileza, por escrito para nós.

Em 2018, a CPI das Organizações Sociais da Saúde, que tive a oportunidade de presidir aqui na Alesp, fez uma série de recomendações à Secretaria de Saúde para aprimorar o controle sobre os contratos com essas entidades. Passados dois anos, quais dessas medidas foram efetivamente implementadas?

Ainda tratando dos resultados da CPI das OS de Saúde, um dos problemas que verificamos foi a presença de servidores no quadro de sócios de muitas empresas contratadas pelas Organizações de Saúde, sobretudo servidores da própria Secretaria de Estado de Saúde. Essa prática contraria o Estatuto do Servidor do Estado, entendimento que é referendado pelo Tribunal de Contas do Estado e também pelo Ministério Público.

Que providências a secretaria tomou em relação a esse problema, se é que tomou? Um dos desdobramentos do trabalho da CPI foi uma auditoria realizada pela Receita Federal no contrato do Seconci, responsável pela gestão da Cross. Entre as irregularidades, supostos usos de dinheiro público para subcontratar a empresa dos próprios dirigentes e o pagamento de serviços nunca executados ou em duplicidade, fatos estes que foram noticiados pela imprensa.

Quais foram as providências adotadas em relação a esse relatório? E a pergunta final é... Eu vi que a nobre deputada Janaina esteve lá visitando a Cross. Eu também lá estive numa das vistorias que fizemos na CPI das OS. Ao contrato foi feito aditivo? Se não me falha a memória, de cerca de oito milhões de reais para adequação de um espaço aí na Secretaria de Saúde para que a Cross ficasse dentro da secretaria.

A Cross já mudou para a secretaria? É a última pergunta. Se conseguir, tiver números para responder, Danilo, tudo bem. Se não, depois você me encaminha, porque nós temos dois minutos só para você responder. Obrigado.

O SR. DANILO CESAR FIORE - Vou tentar ser muito breve então. Só retomar uma questão que eu acho muito importante da pergunta da deputada Janaina sobre a transição. Na transição, deputada, por previsão da convocação pública, todos os funcionários são absorvidos pela nova OS. Isso é determinação e orientação.

Isso seja na Cross, seja num hospital ou num AME. Então, ninguém pode chegar lá e dizer: “Olha, está todo mundo mandado embora amanhã”. Então, para que justamente não haja solução de continuidade, todos os funcionários são absorvidos no primeiro

aumento. Evidentemente, depois com o tempo você troca posições ou outras, mas num primeiro momento todos são absorvidos pela nova.

Isso aconteceria também no contrato da Cross. Todos os funcionários estariam lá no dia 1 de agosto trabalhando, no caso, para a nova OS, para a SPDM, para tranquilizá-la que isso é praxe em nossas transições, quaisquer que sejam elas. Deputada, essas recomendações a secretaria produziu um documento até em resposta da CPI de 2018.

Algumas delas, por exemplo, foram na questão do novo portal. Havia muitas críticas à questão da disponibilização das informações e nós tentamos aí trazer mais elementos para o portal. Me lembro agora dessa que é uma questão importante. Sobre o quadro de servidores do estatuto, aqueles casos que foram levantados na CPI de 2018, essa é uma questão dos funcionários.

Eles ali que eram dirigentes da empresa ou tinham esse duplo vínculo. Então, foram abertos - pelo que eu saiba não é pela nossa área, mas pelas áreas em que eles trabalhavam - procedimentos administrativos disciplinares, apurações para identificar, e sei que em alguns casos os servidores pediram exoneração e saíram do Estado, porque aí entendemos que essa é uma questão especificamente do servidor com o vínculo com a secretaria, mas aí como não é a nossa área, aqui não sei em que pé que estão essas apurações.

A mesma questão, deputado, depois podemos checar. Não sei essa questão da Cross, essa específica que o senhor colocou do Seconci, dessa auditoria da Receita. Precisaria checar para eu ter mais elementos para trazer o que foi, como é que foi a apuração. Sobre a Cross, a Cross sim.

A Cross já está aqui no prédio da secretaria desde o ano passado já. Ela fica entre os dois prédios aqui. Se o senhor conhece, tem o da Dr. Arnaldo e tem o da (Inaudível.) Ela está aqui no meio assim. Se entendeu que era importante ela estar próxima aqui. Ela estava no centro antes; agora ela está aqui.

Praticamente ela está dentro da secretaria e está mais próxima da gente. E acho que era isso, deputado. Se eu puder só agradecer mais uma vez a todos vocês, agradecer pela oportunidade.

Dizer que nós aqui somos todos entusiastas do SUS, o Sistema Único de Saúde, e nós somos trabalhadores do SUS. E a gente sempre homenageia os profissionais, merecidamente, os profissionais de Saúde da ponta: os enfermeiros, os médicos, os terapeutas - são muito merecidas - mas a gente esquece às vezes os funcionários de área meio.

Então, gostaria aqui de deixar um registro que a secretaria tem um corpo incansável aqui de funcionários administrativos, técnicos, especialistas e gestores e que também estão carregando um piano grande este ano. Então, só queria deixar esse registro. Agradecer a equipe nossa aqui. Nós estamos nós quatro, mas somos 50 pessoas e todo o corpo da secretaria. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Nós também, Danilo, em nome aqui da CPI queremos cumprimentá-los, agradecer todos vocês, desde a pessoa que está lá na linha de frente, que faz a desinfecção ou recolhe o lixo ou que precisa de menos experiência e técnica, até vocês aí que fazem a gestão.

Todos os servidores da Saúde estão enfrentando um momento superdifícil, jamais visto por todos nós e queremos não passar por isso mais no futuro, mas não sabemos.

E agradecer a presença de vocês, o trabalho, e a gente vai trocando ideia para aprimorar o sistema, que é isso que nós desejamos para que não haja em vez de filantropia, “pilantrópia”, que é o que mais a gente quer combater com esta CPI das Quarteirizações ou chame como desejar.

Isso nós também temos que definir aqui numa legislação e eu acho que é isso que a CPI irá propor aos outros colegas desta Casa ao final com o relatório final e a contribuição de vocês é muito importante para que a gente possa aprimorar a legislação, que é de 1998.

Agradecer a todos vocês, as Sras. e os Srs. Deputados, os internautas. Eu vou, antes de dar por encerrada a presente sessão, convocá-los para a próxima sessão na próxima quarta-feira, no horário das 10 horas, e vamos tentar trazer sempre dois ou três até convidados ou convocados para que a gente possa dar um pouco de agilidade, inclusive entrando em outras áreas, porque esta CPI não diz respeito só à Saúde.

Tem a Cultura, tem os outros contratos com o governo que a gente também precisa dar uma olhada. Parabenizar a todos, dizer que caiu a liminar. Acho que todos os Srs. e Sras. Deputadas já estão sabendo. Então, nós voltamos com os trabalhos normais da Casa e saúde a todos, felicidades, parabéns, sucesso.

* * *

- É encerrada a reunião.

* * *